



Entrevista



Entrevista com Ana de Hollanda¹

Renata Rocha²

Gleise Oliveira³

Alexandre Barbalho⁴

-
- 1 O depoimento, concedido presencialmente, passou por edições, com a aprovação da entrevistada, de modo a atender as limitações de extensão impostas pelo formato impresso e adequar-se à linguagem escrita.
 - 2 Doutora em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Faculdade de Comunicação da UFBA. Vice-coordenadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) da UFBA e editora-chefe da Políticas Culturais em Revista da UFBA. *E-mail:* renataprocha@gmail.com
 - 3 Mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Pesquisadora em formação do CULT-UFBA. *E-mail:* gleise.cultura@gmail.com
 - 4 Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. Professor dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Líder do grupo de pesquisa em Políticas de Comunicação e de Cultura. Editor-chefe da Políticas Culturais em Revista da UFBA. *E-mail:* alexandrealmeydabarbalho@gmail.com

Inicialmente, gostaríamos de obter um breve relato sobre a sua trajetória, em especial no que diz respeito às experiências que conduziram à sua indicação para o Ministério da Cultura.

Minha formação é bem desorganizada, de certa forma porque eu tomei o rumo das artes depois do colegial, quando fui estudar teatro, em especial a área da interpretação. Eu sentia falta de uma orientação na interpretação que, para mim, é fundamental no canto popular. Eu também tive uma convivência muito forte com áreas de artes plásticas, galerias de artes, antiquários, bem no começo da minha vida profissional, depois teatro, um pouco em editoração, cinema, trabalhei muito com produção em música e música. Paralelamente a isso, desde a adolescência, vivi a ditadura e, mais tarde, participei de organizações políticas e fui do Partido Comunista Brasileiro, PCB, o velho partidão. Saí quando virou PPS [Partido Popular Socialista]. Mas independente da militância partidária eu tinha uma militância política, principalmente na área cultural. Nos períodos do fim da ditadura e depois, na época do Collor, nós artistas e intelectuais, criamos fóruns de cultura com o pessoal de dança, teatro, literatura, cinema, música e trabalhávamos muito em cima de projetos de política cultural. Eu participei na organização geral desses fóruns mas, enfronhada mesmo, na área da música.

No início da década de 1980, trabalhei no Centro Cultural São Paulo, que pertencia à Secretaria Municipal Cultura, coordenando a área da música e alguns eventos especiais. De lá, em 1986, eu fui convidada para assumir a Secretaria de Cultura do município de Osasco. Nesse período eu estava no Partidão, fui indicada e tive essa rica vivência. Foi formidável, porque com essa experiência aprendi muito a lidar com produtores culturais, artistas, imprensa, legislativo e até oposição... e outra, eu era de São Paulo, era “forasteira”. Quer dizer, a Secretaria estava a 20 minutos da minha casa, porque Osasco se encontra na grande São Paulo, mas é outro município. Me propus a entender a história daquela gente, suas experiências, suas ideias, conquistar a confiança das pessoas, sem tentar dizer o que elas deveriam fazer, e sim conhecer o que elas faziam e ser um facilitador. Então trabalhamos muito com cineclubes, casas de cultura, debates, teatro, exposições, feiras de livros, festivais de música e realizamos dois eventos maiores que mobilizaram a cidade toda e municípios vizinhos por um período maior: 100 anos de Primeiro de Maio: Semana do Trabalhador e Ano Internacional da Paz. Foi, para mim, uma experiência fantástica, porque é um microcosmo do que vi depois: você tem uma relação com os fazedores, produtores, artistas, público e todo o mundo da cultura numa cidade pequena, além do prefeito, da câmara dos vereadores e da imprensa local, com quem eu tinha que lidar. Fiquei dois anos e meio lá, saí no ano de eleição em 1988, na hora das acomodações políticas em troca de apoio, e eu não tinha nenhum peso nesse sentido. Depois disso, tive outras experiências em várias áreas, fiz assessoria cultural para a associação dos servidores do BANESPA⁵ e trabalhei muito como freelancer para empresas privadas, sempre em criação e produção cultural. Fora a atividade principal, cantando e gravando, atuei como atriz, escrevi para teatro junto com Consuelo de Castro e fiz pesquisas e produção de cinema.

Depois, de mais destacável, em 2003 fui convidada para assumir o Centro de Música da Funarte [Fundação Nacional das Artes], já na gestão Gilberto Gil, um período de esperanças e ousadias, porque foi início do governo do Lula, início de uma recuperação

.....
5 O extinto Banco do Estado de São Paulo.

do Ministério da Cultura, com reformulação total, fui convidada por Antonio Grassi, presidente da Funarte, e então me mudei de São Paulo para o Rio de Janeiro. Gil levou uma equipe de primíssima, sendo que grande parte foi saindo aos poucos por brigas internas. Gente muito boa como o Antonio Risério, Paulo Miguez, Wally Salomão e outros com os quais eu me dava muito bem. As atividades finalísticas do Ministério estavam distribuídas de uma forma muito confusa, havia instituições sombreando outras, como a Secretaria de Artes Cênicas e Música em Brasília e a Funarte também, cuidando de música de artes cênicas. Existia uma Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas no MinC, e a Coordenação de Artes Visuais na Funarte.⁶ Enfim tudo para não funcionar.

Então começou a reestruturação com o Gil e sua equipe organizando, reorganizando, e discutindo tudo. Realmente, a Funarte ficou bem mais forte. A gente criou, por exemplo, as Câmaras Setoriais, um trabalho fantástico que começou com uma discussão na área da música. A classe estava discutindo várias questões referentes ao ECAD [Escritório Central de Arrecadação e Distribuição], com a ordem dos músicos, sindicatos, sobre o que precisaria mudar. O Gil falava, “ah, vocês querem, a gente muda, mas como que é isso?” Aí, acho que foi Sérgio Sá Leitão, então Secretário de Políticas Culturais, quem sugeriu criar câmaras setoriais mais ou menos seguindo os modelos das que já existiam na agricultura e indústria. O objetivo era mediar conflitos envolvendo todos os atores de processo, como, no caso da música, a formação, a criação, a profissionalização, a produção, os direitos, a distribuição, a divulgação, enfim, todos os setores da cadeia.

Aí falando até pela minha experiência posterior, deu para perceber que vivíamos um momento especial. O Gil estava entrando numa gestão totalmente nova, com um prestígio muito grande,

.....

6 Conforme o Decreto nº 3.049 de 6 de maio de 1999, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, as Secretarias mencionadas se intitulavam Música e Artes Cênicas e Patrimônio, Museus e Artes Plásticas. Também compunham a estrutura do MinC as Secretarias Executiva, de Livro e Leitura e Audiovisual, ademais das unidades descentralizadas, órgãos colegiados e entidades vinculadas.

como artista, um popstar de renome internacional. Ele nem era muito presente, aliás, bastante ausente do Ministério, mas comparecia nos momentos certos, e principalmente, como contava com uma boa equipe, defendia algumas ideias ousadas que, graças a seu prestígio, recebia quase sempre o apoio do Lula, que garantia também outras demandas e as verbas necessárias. No começo, por exemplo, a gente, na Funarte, resolveu retomar o Projeto Pixinguinha, interrompido havia sete anos, que circulava com shows pelo Brasil inteiro. Foi uma loucura porque tínhamos ideias, mas zero de verbas. Então fui buscar, com um velho conhecido de São Paulo que tinha assumido um cargo importante na Petrobras, que envolvida a área de cultura. Esse foi o primeiro contato do Ministério com a Petrobras. Depois o MinC passou a pedir apoio para outros projetos também. Mas o fato é que Gil, com o prestígio dele, viajava com Lula pro mundo todo, inclusive cantando e, em contrapartida, conseguiu muita coisa, que nenhum outro ministro da cultura conseguiu. No meu caso, por exemplo, meu diálogo com a Dilma era muito bom, mas a ela tinha trezentas outras prioridades que não a cultura. Dificilmente isso muda, mas é um outro problema que depois a gente pode falar mais adiante.

Enfim, no Centro de Música da Funarte trabalhamos com música clássica, promovendo projetos que se deram em todas as regiões do país, como Circulação de Música de Concerto (com duos, trios e quartetos) e os Concertos Didáticos nas Escolas, além das Bienais de Música Contemporânea... Tinha também o Projeto Bandas, para atender o que na Bahia chamam de Filarmônicas – foi isso que eu aprendi... Este é um projeto fantástico, para ajudar a manter as bandas civis com distribuição dos instrumentos de sopro e oficinas itinerantes. A Coordenação de Bandas na Funarte recebia a lista de instrumentos que cada banda necessitava, avaliava o pedido e o trabalho da bandinha na cidade para contemplar as selecionadas, respeitando a ordem de chegada. Depois o processo foi se aprimorando, e a gente passou a contratar músicos para testar os instrumentos antes de enviá-los. Porque quando a fábrica mandava diretamente para o Amapá, por exemplo, para o interior do país, um instrumento com defeito, estava criado um problema sem solução, porque as bandas recebiam a peça com

garantia, mas era comum não terem como pagar o correio do enviar para conserto. Além disso, promovíamos oficinas regionais para os mestres de banda com cursos ministrados pelos melhores músicos de sopro, de percussão, de harmonia, de res-tauro, de tudo... Então, é um trabalho sem nenhuma visibilidade na mídia, mas é realmente dos mais importantes, porque essas bandas são, na prática, as escolas de música de grande parte do Brasil. O jovem entra na banda, e as cidades pequenas têm sempre... Aquela banda que foi o bisavô que fundou, foi do avô, do pai, sendo que às vezes existem duas bandas, centenárias que competem entre si levando seus torcedores... é bonita essa coisa... A gente também começou a encomendar partituras de arranja-dores, porque quase não existiam mais partituras brasileiras. Como era muito difícil para as bandas conseguir a partitura com todas as partes cavadas, usavam partituras de música americana que era o que existia disponível por aí. A gente começou a reeditar e encomendar arranjos de banda, para elas voltarem a tocar os dobrados tradicionais assim como as músicas brasileiras que eles mais pediam.

Até que período você ficou responsável por desenvolver estas ati-
vidades na Funarte?

Foi até janeiro de 2007. Depois da eleição do Lula, na mudança de governo, muita gente foi mandada embora. Eu trabalhava com Antonio Grassi que era presidente da Funarte e, como eu tinha sido convidada por ele, e ele foi exonerado, também não me senti mais à vontade em permanecer. O clima no Ministério já não estava tão bom. Na verdade, ele estava mesmo muito na mão do Secretário Executivo, Juca Ferreira, e a relação dele com a gente, da Funarte, era muito difícil então eu mesma pedi demissão.

Nessa época Gil começou a anunciar que ia sair...

Ele estava viajando muito, muitas vezes despachava aqui no Rio e só comparecia mesmo nos eventos maiores... Minha visão do Gil, é de que ele assumiu com uma equipe excelente, fez um trabalho ótimo nesse sentido, mas depois foi realmente querendo voltar para a carreira dele. O problema é que para estar ausente, deu

carta branca para o Juca que era muito eficiente na área administrativa, mas tem ciúmes até da sombra dele. Assisti ele criar atritos com todos os secretários, a ponto de chegar a humilhar dirigentes na frente de todo mundo. Nesse período, vários dos colaboradores iniciais foram pedindo demissão. Mas o Gil deu carta branca porque precisava dele lá. Eu acho que aí foi complicado, e eu preferi sair porque eu não ia querer ficar nessa relação difícil. Pedi demissão e fui convidada para trabalhar no Museu da Imagem e do Som daqui do Rio. Ele tem um acervo fantástico, é uma área que também me interessa demais, e foi uma experiência muito boa. De lá eu saí para o Ministério.

Paralelamente a isso cantando, compondo, fazendo discos, o que é muito difícil, porque eu nunca consegui conciliar bem a criação com o trabalho de gestora... E tem outra coisa, eu era cantora muito mais ativa em São Paulo, mas o Rio é vitrine, e quem quiser aparecer na música popular, tem que estar no Rio, ou pelo menos tem que estourar no Rio, depois você pode até voltar para morar na Bahia, em Minas, mas a base de referência para a mídia é o Rio. Eu trabalhava bastante em São Paulo cantando, dando cursos de interpretação, e no Rio eu fiquei mais na gestão. Além do mais, em nível de ministério, existe o tal conflito, e é muito difícil cantar em projetos que não contam com patrocínio cultural, quando tudo tem patrocínio. Na Funarte ou no MinC eu estava impedida de participar de projeto com patrocínio da Lei Rouanet.

Eu até entendo o Gil ficar dividido, porque você tem quase que optar entre as duas atividades. Você tem que acordar cedo com horário para trabalhar, com assuntos novos para entender, ligar a cabeça de gestor pensando se isso vai ser possível, quanto tem, qual é o orçamento, se o orçamento foi liberado, não foi liberado, tem que empenhar... Mesmo que você pense nos projetos bons, milhares de pessoas vão te trazer outros projetos, político vai querer apoio para a festa de não sei onde, aí você tem que receber todo mundo porque cada um tem a sua importância naquela região e comunidade específicas. Se você aceita um cargo desses, tem que estar com a cabeça aberta e disponível para mergulhar em cada viagem, atender alguém que está com problema com filme, festival de cinema, de teatro, tem que prestigiar tudo e atender as

demandas do Planalto. Então pensa na hora de compor, como você vai compor? É quase impossível. Eu escrevo muito, mas eu não conseguia quase, porque eu teria que relaxar, viajar na imaginação, no som, deixar vir uma ideia solta, descompromissada, e não é com meia hora livre que chego lá. O trabalho do criador é assim em todas as linguagens, é difícil e às vezes as pessoas não entendem... Tem que ter um tempo de ócio, livre, e tem que ser livre mesmo, para poder deixar fluir, pensar naquele assunto, pensar naquela ideia, a ideia pode ser abstrata, mas ele tem que deixar aquela ideia abstrata se desenvolver, enfim, eu acho que eu entendo o Gil. Numa certa hora ele não está aguentando, porque não é só o pique de cantar, é cantar, é compor, é aprender e decorar músicas, gravar, ensaiar... aí entra um assessor com um documento que ele vai precisar assinar: "...não, espera aí, o fulano já examinou?"... Aí começa a ficar ausente e culpado.

E o convite para assumir o ministério como se deu Ana? Como a presidenta chegou no seu nome, como que foi essa construção?

Na verdade ela não abriu muito o jogo sobre isso. Eu tinha estado com ela uma vez só, quando mamãe fez cem anos e o Lula foi convidado para a festa na casa do Chico. A assessora do Lula me ligou perguntando se poderia levar mais alguém, eu falei, "claro, ele leva quem ele quiser, imagina se um presidente precisa pedir"... Aí ele foi com alguns ministros e levou a Dilma [Rousseff] que era tida como possível candidata a presidente, isso foi no final de janeiro de 2010, e a eleição foi no fim do ano. O nome dela foi efetivado mesmo alguns meses depois, mas todo mundo lá fez uma certa festa sabendo que era quase certo de que ela iria ser a candidata.

Realmente, eu levei um susto quando meu nome pintou nos jornais, porque com ela eleita estava rolando uma disputa, que nem agora,⁷ disputa de nomes, muita gente se articulando para ser indicada ou, no caso do Juca Ferreira, para permanecer, e aí

.....
7 Com a aprovação da abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e seu consequente afastamento, no dia 12 de maio de 2016, dias antes da entrevista, o então vice Michel Temer assume como presidente em exercício, substituindo a equipe do primeiro escalão do Governo.

vieram sondagens e finalmente um telefonema do comitê informando que a Dilma queria conversar comigo e se eu aceitaria, eu falei “eu vou”. Na verdade foi uma situação pessoalmente difícil, porque eu tinha acabado de reformar e me mudar para este apartamento, eu estava querendo retomar a carreira, tinha gravado fazia pouco tempo um disco autoral e aí eu pensei, eu vou ter que parar tudo de novo, porque na Funarte já tinha sido difícil, imagina o Ministério... E ao mesmo tempo veio a cabeça a militante: eu passei a metade da minha vida discutindo política cultural, discutindo o que seria necessário mudar, o que estava errado, o que teria que reformular, e como tem muita coisa que eu sabia que poderia melhorar, poderia ser feito, fiquei nesse dilema, mas fui. Não podia me negar a aceitar, mesmo não tendo essa ambição que alguns têm de poder, ambição política, mas realmente conheço bastante a área, tenho uma ótima relação em quase todos os setores. Cinema, música, teatro, literatura, conheço como funciona, sou do meio, tenho experiência de gestora e sempre acompanhei essa discussão de política cultural e administrativa.

Impressionante, ela sabia tudo da minha vida. Na conversa, vi que ela sabia de tudo, desde Osasco ou antes, sabia de várias passagens que eu não imaginava, fizeram um levantamento e eu aceitei, principalmente, por ter partido de uma presidente que mal me conhecia pessoalmente, mas sabia da minha história, do meu trabalho, da minha personalidade. Agora, como ela soube, exatamente quem levou meu nome, eu não sei até hoje. No período anterior de sondagens, algumas pessoas falaram “ah, podia ser você”, e eu respondia “ah não, imagina, que delírio”. Num belo dia saiu uma notinha que alguém plantou na Folha, aí já começou um ataque danado, já comecei a levar pedrada. O fato é que quando saiu essa notinha, estava acontecendo um encontro de música organizado pelo MinClá em Minas, aí a turma da campanha “fica Juca” surtou e a baixaria começou lá mesmo. Eu virei tudo que havia de pior, sendo que essa turma que me metralhava nas redes nem me conhecia. Eu já tinha me afastado do Ministério ia fazer três anos, tinham políticas daquela gestão que eu achava muito boas e outras que eu tinha críticas. Mas ninguém veio conversar, o ataque foi insano, eu vi que a coisa não ia ser brincadeira, mas ao mesmo tempo eu também achei que não tinha que fugir dessa.

Quando você aceitou o convite quais eram as prioridades, o que você pensava como prioridade para as políticas a serem adotadas, implementadas?

Bom, eu já conhecia o ministério porque eu tinha estado nele, então a estrutura eu conhecia, e sabia que algumas áreas não estavam andando como deveriam, assim como tinha muita coisa que precisava ser revista... algumas secretarias estavam muito próximas da área de atuação de outras. Mas a primeira coisa que eu senti que faltava, que é essencial, urgente e está se incorporando cada vez mais nas políticas culturais do mundo todo, é do setor que trata da economia criativa. Estamos vivendo uma era em que metade dos meus amigos vive reclamando que está sem trabalho, a gente vive ainda num mundo em que mais do que talento, você tem que ter bons contatos, você tem que conhecer alguém que possa chegar noutro alguém, para conseguir trabalho. A gente está num mundo quase medieval, renascentista nesse sentido de ter que buscar apoio através de “padrinhos”, de mecenas. E eu entendo que pelas políticas de economia criativa é possível se criar no Brasil, com sua extensão continental, um mecanismo autônomo, para quebrar esse vício clientelista.

Estamos num país capitalista e o Brasil é um país que produz, consume. O Brasil é um país muito criativo, é um país com uma diversidade de linguagens, desde o artesanato, os bonecos de barro da região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, as rendas, de várias regiões do Nordeste, e bordados do Nordeste, Sul, Sudeste, as peças de capim-dourado do Jalapão... É um mundo de originalidade em cada região. E na comercialização, o Brasil está na mão de pouca gente, que são os empresários, produtores, até decoradores... Vai lá um decorador na casa de uma artesã e compra lote de artesanato, dá uma merreca e vai vender por uma nota na Gabriel Monteiro da Silva, em São Paulo, em casa de decoração onde não há referências sobre quem é que fez, não tem a marca, não se sabe de onde é, é só uma peça bonita de artesanato... Então a ideia é essa: valorizar as características culturais de cada região e a marca dos autores. Se eu quiser, por exemplo, fazer uma festa com um grupo de forró, eu tenho que procurar alguns agenciadores, empresários, e o indicado vai ser aquele com

quem ele trabalha... Era meu projeto fazer esse mapeamento da produção cultural, projeto esse que a gente não conseguiu levar até o fim, mas eu já estava cobrando da Secretária [a pesquisadora Cláudia Leitão], que era um site na internet com todas as informações, sempre atualizadas, para se saber como achar o que, e quem, em todas as linguagens, incluindo cooperativas, intermediários, técnicos, estúdios, editoras, impressoras... Isso a meu ver é essencial, para se promover acesso à diversidade cultural, autonomia e sustentabilidade da produção e mercado da cultura, independente dos editais. Na economia criativa você mexe com um mundo, você vai fazer um carnaval no Rio de Janeiro tem as costureiras, tem o pessoal que fabrica figurinos, constrói alegorias, cenografias, tem a turma da alimentação e até o pipoqueiro que está em volta. O que se emprega, ou os postos de trabalho, de serviço, que às vezes não são empregos fixos, mas isso aí vai sustentar muita gente que vive desse tipo de ofício... Essa área para mim seria absolutamente renovadora, a ideia começava a ser discutida no Brasil e eu andava lendo sobre isso. Mas pesquisas eram ainda muito empíricas, não existia, e acho que nem existe ainda, um estudo preciso, do quanto do PIB [Produto Interno Bruto] está na economia criativa. E mais, se você for ver na indústria, por exemplo, seria importante mensurar o peso do design: você gosta de um modelo de carro, tem o equivalente de várias marcas, mas você se apaixona por aquele específico porque o diferencial está no desenho, pode ser o mesmo tipo de equipamento, máquina, qualidade, preço, mas o design agrega um valor especial também na indústria, em tudo... Então, para mim, a grande preocupação desde início foi criar a Secretaria da Economia Criativa, a SEC.

Já que esse é o lugar central, como é que o nome para ocupar essa vaga surgiu?

Eu tinha em mente dois bons nomes de pessoas que não conhecia pessoalmente. Depois de uma conversa com Claudia Leitão, e algumas recomendações, fiquei bem impressionada e acabei a convidando. Ela levou uma turma boa, o Luís Antônio [Gouveia Oliveira], a Luciana [Lima Guilherme], eu dei toda infra que ela precisou, e eu tinha condições, e eles desenvolveram um projeto fantástico que é o Plano Brasil Criativo. O problema é que ela vem

da área acadêmica, é boa na avaliação e desenvolvimento teórico, promoveu seminários e seminários, mas faltou avançar na gestão prática. Eu cobrava isso dela porque algumas medidas a curto e médio prazo poderiam ser tomadas. Eu dizia: “esse mapeamento tem que ser prioridade agora, já vai causar um impacto”, mas a preocupação maior dela era na formação dos pequenos empreendedores assim como o lançamento dos Criativa Birôs – uma espécie de incubadora cultural. Mas sinto que isso poderia ter sido feito paralelamente ao mapeamento, para que os artistas e produtores fossem sentindo os resultados e se motivando a participar. A concepção do projeto foi muito bem feita, incluindo as relações com cada ministério, estatal, com o sistema S e outras entidades, além do estudo visando facilitar o mecanismo em áreas como a trabalhista, a jurídica, as desonerações...mas são questões muito complexas, não é de uma hora pra outra que se conquistam...

Numa audiência que eu tive com a presidenta Dilma em 2011, apresentei o Projeto Brasil Criativo e ela se interessou pela ideia. Como eu tinha levado de contrabando a Secretária Cláudia Leitão, que deixei na sala de espera, pedi para permitir que ela entrasse para esclarecer dúvidas – impressionante como a Dilma, quando se interessa por um assunto, quer saber todos os detalhes, referências, números...– e realmente ela ficou muito entusiasmada com a ideia e orientou a Gleisi Hoffmann para que o projeto fosse desenvolvido junto com a Casa Civil, que convocaria os outros ministérios... Foram 11 ministérios, a Dilma mesma contou, 11 ministérios que já poderiam trabalhar junto com o grupo de estudos... E a diretriz e coordenação caberiam ao MinC. Além do projeto em si, assinamos algumas parcerias com SEBRAE [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas], com o IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], a SEC promoveu encontros, mas muito pouco de ordem prática se avançou. E quando você está na política, tem que apresentar alguns resultados concretos imediatos, não pode ficar sempre no discurso do futuro ideal. Quando eu saí do Ministério, conversei com a Dilma sobre o projeto e o grupo, e acho que até por isso ela garantiu um tempo, mas cobrando resultados, e a Marta cobrou, cobrou e deu prazos para ações de curto e médio prazo. Mas infelizmente, o projeto não avançou com a Cláudia e nem mesmo depois de trocar o

secretário. O Juca, como era previsível, acabou com a Secretaria, até porque não daria continuidade a um projeto que eu lancei.

Então de cara, o que eu quis introduzir, como novo, foi isso. Reivindicamos uma reestruturação do MinC, mas o Ministério de Planejamento avisou que deveríamos começar a fazer o estudo da grande reestruturação que idealizávamos, e que futuramente seria enviada ao Congresso, só que antes de 2014 não haveria possibilidade de aumentar nem estrutura nem criar cargos. As mudanças na estrutura só poderiam ser feitas mantendo o mesmo número de secretarias, diretorias e cargos. Criei então essa secretaria, a SEC, e reuni duas outras que trabalhavam com a cidadania – a da diversidade cultural e da cidadania cultural – numa só, porque, de qualquer forma, a diversidade faz parte da cidadania. Tivemos que nos virar, fazer milagre, trabalhar com o que tinha, e ainda conseguimos mais alguns poucos carguinhos.

Depois que assumi, eu também fui encarar a realidade orçamentária e financeira. Um passivo assustador! Os três mil e tantos Pontos de Cultura há um ano sem receber. Fiquei pasma ao ver declarações do Gil, que estava fora do Ministério havia algum tempo, sem contar o Juca e o grupo dele que sabiam bem o abacaxi que deixaram, dizendo que eu teria parado o Programa Cultura Viva. No primeiro e segundo ano, grande parte do orçamento foi reservado a “restos a pagar”, em especiais os do Cultura Viva. Por outro lado, nos dedicamos a reexaminar a situação de cada ponto, uma vez que era de conhecimento público que nem todos os pontos cumpriam as funções a que se propuseram realizar na comunidade, boa parte estava fechada e em falta nas prestações de contas. No período inicial do programa, a preocupação foi mais focada na quantidade, sem se atentar para a qualidade, daí sua multiplicação descontrolada e, quando fomos ver, a grande maioria deles nunca tinha recebido uma visita presencial de alguém do MinC. Tudo se dava através de pedidos com relatórios. A partir de certo momento, começou uma chuva de denúncias, matérias e notinhas em jornais. Quando entramos, a CGU [Controladoria Geral da União], nos alertou de que não poderíamos continuar repassando verbas sem um acompanhamento mais direto. Isso veio ao encontro da

mesma preocupação que nos afligia. Montamos então equipes para periciar os pontos com funcionários da SCDC [Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural], das representações regionais e da própria CGU, que nos cedeu temporariamente peritos para visitar os mais de três mil pontos no país todo. É importante lembrar que faz parte de todos os procedimentos de gestor de verba pública, periciar e acompanhar a execução dos projetos. Nesse processo, tivemos que cancelar convênios e abrimos processos contra os que se mantinham irregulares, fechados ou, na realidade, não passavam de estabelecimentos privados, alguns, inclusive, com finalidades bastante escusas.

Por outro lado, tivemos oportunidade de constatar que existiam pontos que realizavam trabalhos admiráveis, fantásticos, mas alguns, em regiões distantes dos centros maiores, com enormes dificuldades nas prestações de contas. Nossos servidores se dispuseram a orientá-los, entendendo suas dificuldades em lidar com a internet – onde nem sempre existe conexão – e com o serviço burocrático, complicado para qualquer um, e, no caso deles, quase inviável. Nesses casos, e em especial nos casos dos indígenas, de algumas comunidades quilombolas e ribeirinhas, com apoio da CONJUR, conseguimos facilitar bastante as formas de prestação, que passou a aceitar registros filmados, gravados para que esses povos conseguissem comprovar o que havia sido feito. Paralelamente, o MinC, em conjunto com os parceiros das Redes de Pontos de Cultura, criou o Grupo de Trabalho Cultura Viva para, junto com o IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], elaborar o Redesenho do Programa. O programa é bom, a ideia é boa, mas, como sempre, depois de algum tempo em atividade, é necessário que se dê algumas ajustadas. O estudo – só publicado em 2014 e disponível na internet – desenvolveu uma avaliação criteriosa para que o Ministério, apoiado em resultados técnicos, e atendendo às recomendações, pudesse redirecionar o Programa. Quando saímos, deixamos 3.703 Pontos e Pontões de Cultura, distribuídos em todos os estados e no DF [Distrito Federal], atingindo cerca de mil municípios.

Havia, também, um enorme passivo de prestação de contas de processos da Lei Rouanet que estava amontoado na SEFIC

[Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura], sem falar os da Ancine [Agência Nacional de Cinema]. Existiam processos há uns dez anos aguardando para serem examinados e aprovados ou não. O problema é que o número de funcionários preparados para examinar as prestações de conta era restrito, mas o volume de processos com milhares de notas fiscais, e outros documentos a serem checadadas, se multiplicava ano a ano. É muito complicado, porque dessa forma a conta nunca vai fechar. Num certo momento o TCU [Tribunal de Contas da União] interveio, entendendo nossa limitação de pessoal e a necessidade da perícia, mesmo porque a verba é de isenção fiscal, isto é, dinheiro público, e empresas que poderiam estar em débito, continuavam a usar a lei. Cobrou, então, do Ministério do Planejamento a contratação de servidores para completar o quadro. Conseguimos a contratação de 114 funcionários temporários para rever os atrasados, o que foi bom por diminuir muito do passivo, mas por outro lado nos trouxe nova encrenca como, por exemplo empresas tradicionais que tiveram suas contas reprovadas por conta de eventos acontecidos há anos. Uma que deu muita repercussão foi a Bienal de São Paulo, com um montante enorme reprovado. Mais da metade do PIB brasileiro é do conselho da Bienal. Imagine a pressão que foi, com até governador me ligando para pedir solução. Foi instaurada uma TCE, ou Tomada de Contas Especial, mas, de imediato, a saída que a Bienal encontrou foi conseguir uma liminar. Mais tarde, através da TCE foi acordado o parcelamento da dívida.

Essa parte de lidar com algumas cascas de banana e ter não só de glosar prestações de contas, como anular convênios, é muito complicada. No dia 31 de dezembro de 2010 foram assinados e empenhados um sem números de convênios não previstos no orçamento, que comprometeriam todo o financeiro de 2011. Intuitivamente, antes de saber disso, eu pedi para o novo ministro da CGU [Controladoria Geral da União] um procurador novo para acompanhar o exame dos convênios e contratos assinados. O procurador foi pegando primeiro todos os convênios assinados no dia 31, depois no dia 30 e daí pra trás... Eram convênios que tinham a capa, uma proposta sucinta com o valor, o documento com assinatura do convênio, mas não tinha projeto desenvolvido, não tinha planilha, não tinha nada, nem o

parecer da Consultoria Jurídica, mas já estava assinado, comprometido. Antes de dar qualquer encaminhamento passei para Controladoria Interna e disse “não vou por nenhuma vírgula enquanto não tiver o endosso de vocês, do jurídico e ter aprovação, para poder dar continuidade”. Inclusive, falei com conhecidos e precisei ser objetiva, “você assinou confiante, mas se eu der encaminhamento da forma como está, vou ficar também conivente com as irregularidades do processo e vou ter que responder, futuramente, por qualquer indiciamento que, provavelmente, vai acontecer. O Tribunal de Contas vai cair em cima”. Isso foi muito difícil, porque a pressão era infernal, muito por parte de pessoas a quem os dirigentes anteriores – sabendo que iam sair – não só tinham feito promessas mirabolantes como continuavam instigando-os. E esses, usando todos os canais de pressão, ligavam sem parar, iam para jornais, plantavam notas, declarações me acusando de estar parando tudo, não cumprir compromissos e muito mais. Mesmo sabendo dos bastidores desse movimento, eu tomava cuidado porque estávamos numa gestão de continuidade e, por mais razão que tivesse, por questões políticas, eu não iria detonar publicamente a gestão anterior. O interessante é que a Casa Civil, baseada em nossa experiência, orientou para que os outros ministérios reexaminassem também todos os convênios assinados no dia 31, e de lá para trás.

Naquele período, em que o Brasil contava com uma imagem especialmente positiva lá fora, calhou de nos cair no colo a Europalia, por exemplo, que era um projeto de grande projeção que o Lula tinha assinado junto com o rei da Bélgica, mas, apesar do orçamento alto, não existia verba prevista. Não tinham deixado nada no orçamento, mas, segundo o Planalto e Itamaraty, não havia possibilidade de não realizarmos. Então fui buscar tudo com o empresariado e estatais. Eu pessoalmente ligando para gente como Milu Villela, do Itaú Cultural, Antônio Ermírio de Moraes, da Votorantim, pra o presidente da Vale, pra toda área empresarial passando o chapéu. Fiz uma apresentação especial e pedi patrocínio nas estatais, Petrobras, Banco do Brasil, Embratel, Caixa para a gente poder realizar a grande exposição brasileira nesse evento que ocorre a cada dois anos. Nas últimas edições, o foco era os Brics e, sendo assim, não poderíamos ser inferiores à anterior,

da China. Trata-se de uma exposição gigantesca que acontece a cada dois anos, se espalha por cinco países da Europa. Bélgica mais do que todos, depois um pouco na Holanda, Alemanha, França e Luxemburgo. Quer dizer, foram 1.200 artistas, 1.600 obras expostas, desde a escultura de São Jorge, de Aleijadinho, Primeira Missa no Brasil, de Victor Meirelles, até a arte contemporânea, o que há de mais moderno, de música, de teatro, de dança, grupo de coco, maracatu, samba, mesas de debates, um monte de coisas vistas por cerca de um milhão de visitantes. Enfim, eu passando o chapéu, toda preparação, e foram uns quatro meses de atividades intensas desde a inauguração. Dilma compareceu à abertura com rei, rainha, família real, primeiro-ministro, os presidentes do Parlamento e do Conselho da União Europeia, ministros, autoridades, curadores, artistas, jornalistas... Era uma coisa assim emocionante, o Brasil estava num momento de grande projeção internacional, a imagem positiva de um país criativo, de um país alegre, de um país que encontrava soluções inovadoras na economia, num período em que a Europa estava numa crise terrível, crise que chegou depois aqui. E a Dilma na União Europeia defendendo a política macroeconômica desenvolvimentista: “tem que aumentar o consumo, tem que criar empregos, não pode parar, não pode se assustar com o recesso, tem que forçar o desenvolvimento, o consumo...”. Então ela estava quase dando uma aula lá. A Europalia e os compromissos firmados com a União Europeia foram importantíssimos, como foi importante também aproximação com os países de Mercosul, uma integração como nunca houve antes. O Brasil é, também, uma liderança em relação aos países do CPLP [Comunidade de Países de Língua Portuguesa], a África. Devido, em grande parte, à nossa imagem positiva, como país criativo e alegre, estivemos muito presentes no exterior como país homenageado: Bélgica, Festival de Cinema em Cannes, homenageado na Feira de Livro em Bogotá, Frankfurt, Paris, Nova Iorque, a maior infantojuvenil, em Bolonha, a Quadrienal de Praga e outros mais. Com a mudança de ministras, aos poucos, alguns compromissos com feiras em que o país seria homenageado começaram a perder a participação brasileira, por não serem consideradas prioridades.

Tudo isso, exposições e feiras de livros, pertenciam a uma área onde intencionalmente o Brasil estava com uma projeção bastante positiva, daí a internacionalização da literatura brasileira, um projeto que existia, ainda muito pequeno, e a gente investiu para que desse o salto que deu. Uma curadoria selecionava obras entre as solicitações internacionais e o MinC destinava uma verba para pagar a tradução às editoras que se propunham a lançar livros de autores brasileiros, com o objetivo de fomentar a nossa literatura. Aqui no Brasil também, havia cerca de 100 feiras de livros regionais. Com um forte apoio, em 2012 já eram mais de 200 feiras. É interessante a presença das feiras de livros, algumas maiores, outras pequenas, mas principalmente em cidades menores, porque livraria é uma coisa que já não existe, estão sumindo até nas grandes cidades, imagina... Você encontra às vezes livro em papelaria. Quase todas tinham o auxílio da Lei Rouanet, mas a gente incentivava também, através da Fundação Biblioteca Nacional, onde se encontrava a Diretoria de Livro, Leitura e Bibliotecas, ajudando a levar escritores. No jovem, principalmente, existe uma curiosidade louca de chegar perto dos escritores, conhecer o processo da pesquisa, da escrita, e as feiras realizam palestras, oficinas... Com isso não só a cidade pequena, mas toda região próxima se mobiliza toda em torno da feira.

A gente também tinha um projeto do livro popular, que até foi aprovado pela Dilma, mas quando saí ainda estava na Casa Civil sendo discutido, em relação ao orçamento. Então a literatura era uma outra área central, livro, leitura, bibliotecas, inaugurar bibliotecas... Tinha um projeto anterior, esse é do tempo do Gil, que era de garantir pelo menos uma biblioteca em cada município. Não conseguimos inaugurar todas, faltavam umas trinta e poucas, porque dependia também das prefeituras. Não dá para chegar e instalar, porque o Ministério não vai ficar lá cuidando, não vai pôr funcionário. A gente instala, dá um kit, dá o que é preciso, mas a prefeitura tem que dar o local, manter e pôr gente para trabalhar lá. E em algumas cidadezinhas não houve o interesse mesmo, tem umas que receberam kit e nunca abriram a biblioteca. Isso é uma coisa complicada, da política.

Eu fui inaugurar uma biblioteca numa vilazinha chamada Afuá, lá na Ilha do Marajó, uma cidade construída em cima de palafitas. O que foi de lindo aquilo! Você voa três horas para ir de Belém a Macapá, e mais três horas de barco, de Macapá para Afuá, atravessando o Amazonas. Que experiência fascinante, a cidade parou! É uma vilazinha encantadora, isolada, onde o pessoal vive de pesca, da colheita de açaí, para vender lá em Belém. Ninguém é rico, ninguém é miserável, vivem uma vida digna, mas a biblioteca, com alguns computadores, abriu o horizonte do mundo para os moradores.

Ana, você está mencionando alguns projetos que foram importantes, a economia criativa, livro, leitura e biblioteca... Dentro desse contexto, se você pudesse falar também um pouco dos projetos internos de estruturação do Ministério, por exemplo, o Sistema Nacional de Cultura, que vinha muito devagar, e foi uma coisa que deu uma andada bem forte durante sua gestão, era uma coisa importante para você?

Muito. Uma importância estratégica. Fizemos reuniões com os Fóruns de Secretários, e também junto ao Conselho Nacional de Políticas Culturais, que conta com representantes da sociedade civil, eleitos em todos os estados, porque o Ministério tem que ter diálogo, tem que ter como chegar na ponta, saber como pensa alguém no Ceará, qual é a necessidade local, que não é a mesma de Santa Catarina. Então a gente tem que definir em conjunto, daí trabalhar por um lado essa discussão do Fórum dos Secretários, depois com os conselhos para definir como seria isso... Os estados teriam seus conselhos e fóruns, os municípios teriam seus próprios conselhos e fóruns de forma que houvesse um diálogo que envolvesse a sociedade, seja lá embaixo na base, nos municípios, seja em cima, na Esplanada. Então foi um período em que o Secretário da Articulação Institucional, Roberto Peixe, viajava direto, a gente também fazia encontros para explicar a importância desse envolvimento. Não tinha um município, um estado que a gente fosse, que o Peixe, eu e o Vitor Ortiz, Secretário Executivo, não cobrássimos essa integração... inclusive alertávamos para o repasse das verbas, em que ao menos 30% do Fundo Nacional de

Cultura iriam para os estados e 30% para os municípios, desde que estivessem conveniados. Nesse sentido as decisões de políticas culturais seriam tomadas não respeitando apenas a vontade do Ministro e dirigentes, mas por um conjunto de olhares, necessidades e demandas. Era uma relação mais republicana. Demos toda ênfase, mas o grande trabalho foi realmente de convencimento e implementação do sistema, pois como lei, ele foi aprovado no Senado exatamente na véspera da minha saída do MinC. Foi desenvolvido na minha gestão, mas a Marta Suplicy, então senadora e como relatora, se empenhou também pela aprovação no Senado.

O Plano Nacional de Cultura foi outra coisa. É um pouco aquela definição de compromissos e projeção de metas, com prazos, para se poder atingir. Acho que tanto o PNC como o SNC são projetos bastante republicanos no sentido de tirar o poder centralizador de dirigentes e dividir acertos e erros com os representantes da sociedade no mundo da cultura. Eu sei que muita coisa que foi sonhada e projetada nas 53 metas lançadas em 2012 seria impossível de se alcançar, eu sinceramente achei isso na época, mas se o CNPC votou achou que daria para cumprir, ótimo, tomara que dê certo. O fato é que, conhecendo a máquina e a realidade do orçamento, eu não acreditava que a gente teria esse gás, verba e estrutura para realizar tudo aquilo. Os avanços devem ser tentados para se alcançar, mas é importante que todos tenham consciência da realidade.

E o Programa Cultura Viva? Como foi em sua gestão? Quais avanços você apontaria?

A primeira Secretária da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural foi a Marta Porto que pegou um período muito difícil, com muitos ativistas impacientes para que as parcelas em atraso dos pontos de cultura fossem pagas imediatamente. Ela saiu antes de completar um ano e sua substituta, Márcia Rollemberg, ficou até início de 2015. Márcia foi responsável pela maioria dos avanços do programa Cultura Viva e pela elaboração do Redesenho, junto com a Rede dos Pontos de Cultura e IPEA. Quando assumi, havia uma crise em ebulição

porque o pessoal estava sem receber havia quase um ano e o orçamento do Ministério ainda nem estava liberado. Eu falei, na primeira reunião com eles: “Gente, eu assumi faz uma semana, vocês esperaram quietos por um ano, sem receber, e agora vêm brigar comigo? Espera aí, deixa a gente tomar pé, vamos pagar, mas não existe orçamento suficiente, agora está tudo raspado”. Porque naquele primeiro ano, como todo primeiro ano de governo, não tinha orçamento suficiente, mas a gente foi tirando daqui, dali, para cobrir aquelas áreas. Por aí também fica evidente que seria impossível manter convênios com 15 mil pontos. A concepção do projeto dos Pontos de Cultura é maravilhosa: reconhecer um movimento cultural de uma determinada comunidade, que desenvolve um trabalho local e o poder público vai lá e oferece alguma infra para auxiliá-los, sem determinar o que eles devem fazer, sem intervenção. É o reconhecimento das organizações da sociedade que respondem pela expressão de uma cultura local. Isso é muito bonito, a ideia é lindíssima, é ótima. Essa foi ideia da primeira turma de assessores do Gil que foi embora depois, mas veio com essas inovações todas, que eu achei das grandes sacadas, o Cultura Viva, os Pontos de Cultura... Por isso, eu acho que a Márcia Rollemberg fez um trabalho muito bom ao garantir a continuidade do programa, mas com uma responsabilidade pública pactuada entre os dois lados.

Já que a gente tocou nesse ponto, é até uma questão que estava lá no início, mas que eu sempre acho muito interessante é como é que foi pensada a equipe do Ministério, como foi essa montagem? Teve liberdade para escolher ou teve que negociar? Uma coisa que marcou muito a gestão no Governo Lula, por exemplo, foi a composição de forças. Havia brigas de posições muito fortes na época...

O Gil teve uma liberdade que eu acho que ninguém teve. Consegui quase tudo que pedi do presidente. No primeiro escalão, o PT só pediu que o Gil convidasse três militantes que haviam sido cotados para assumir o MinC e também eram nomes públicos: Antonio Grassi, o Sérgio Mamberti, e o Márcio Meira, sendo que no fim de 2006 o Grassi e o Marcio Meira foram demitidos. Os outros, os

do início, acredito que tenham sido escolhas pessoais do Ministro que, na fase inicial, contou com cabeças muito boas.

Na minha gestão, eu me lembro que quando eu conversei com a Dilma e [Antonio] Pallocci.⁸ Estava claro que eu iria receber pedidos do PT e partidos aliados, e realmente veio pressão de todos os lados e escalões. Eu examinava os currículos, via se o perfil era adequado para o cargo e, em caso de dúvida, discutia com Pallocci que era muito aberto e respeitava minha opinião técnica. Acho que o bom senso prevaleceu. Não sou filiada ao PT, mas sou próxima, sempre fui, e papai [Sérgio Buarque de Holanda] foi inclusive fundador do Partido. O Pallocci me disse: “Se vier algum pedido, você conversa com a gente, conversa com José Eduardo Dutra, então presidente do PT”. Fui conversar com o Dutra, que recomendou o Roberto Peixe, que era uma pessoa que eu já tinha a intenção de manter e até promover. Mantive alguns que estavam lá, como o Henilton Menezes, que estava havia seis meses na SEFIC, e que foi fundamental para organizar aquela secretaria que era caótica antes. Havia uma queixa generalizada, e eu mesma pude constatar, de que os proponentes entregavam projetos, protocolavam, mas esses se perdiam naquela bagunça e não apareciam na página da SEFIC. O mais assustador é que servidores nem se explicavam, diziam só para inscrever novamente. O Henilton é um técnico supercompetente, e assumiu a SEFIC uns seis meses antes de eu assumir. Durante minha gestão fez um trabalho excelente de aprimoramento, e desburocratização, dentro do que é possível na lei, através de portarias com normatizações que facilitaram e atualizaram muito, já que mudanças mais radicais só seriam possíveis com emendas aprovadas no Congresso. Ele veio do Banco do Nordeste, tem um perfil administrativo, de gestor, de saber lidar com as dificuldades do serviço público, mas sabe também como facilitar os procedimentos. E foi mantido pela competência técnica mesmo. Da mesma forma, mantive o Nascimento [José Nascimento Jr.], que também é do PT, e que desde a criação do IBRAM [Instituto Brasileiro de Museus], havia uns quatro anos, vinha fazendo um trabalho formidável. O presidente do IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e

.....
8 Então Ministro da Casa Civil.

Artístico Nacional], Luís Fernando de Almeida, que também foi mantido, era excelente e responsável para uma área que é alvo permanente de cobiças e pressões. Aliás, o IPHAN para mim era talvez o departamento mais intocável do MinC, tanto que quando vinham aqueles pedidos para substituir superintendentes, liberar áreas tombadas, o que mais acontecia...eu contava com o parecer dele, apoiado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que é o órgão colegiado de decisão máxima do Instituto, criado em 1937 por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade. Tive que enfrentar situações difíceis, porque, de repente, querem fazer uma estrada que atravessasse, numa área de preservação, uma nascente de rio, onde os índios têm uma relação ancestral. Então, a gente negociava, pelo aspecto do patrimônio mesmo, material e imaterial. A gente fazia um projeto para a estrada desviar cinco, dez quilômetros, passar ao largo, mesmo saindo um pouco mais cara, mas não destruir referências de uma comunidade indígena, quilombola, um patrimônio... Então, o IPHAN era sagrado, eu mantive o Nando, que saiu praticamente comigo. Então ficaram só esses três e o Serginho Mamberti que foi para a Secretaria de Políticas Culturais.

Levei também a turma que já conhecia bem, como Vitor Ortiz, também filiado ao PT, que ficou sendo o Secretário Executivo. Ele tinha trabalhado comigo na Funarte e nós nos dávamos muito bem. O Grassi voltou para a Funarte. A Marta Porto, uma ativista, ligada à área de cultura popular, que tinha trabalhado com comunidades populares, eu convidei para cuidar da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural. Cláudia Leitão, que era um dos nomes que eu estava analisando, pelo currículo e também por indicação do Henilton, foi pra SEC que eu estava criando. O Galeno Amorim, também filiado ao PT, tinha trabalhado na primeira gestão do Gil, quando, por causa das câmaras setoriais, eu o conheci respondendo pelo departamento de livro e leitura. É uma pessoa excelente, apaixonada pelo tema, e eu entreguei a ele a Biblioteca Nacional, mas avisei: “Você vai ficar também com o departamento de livro e leitura, que vou tirar lá da SAI [Secretaria de Articulação Institucional]”. Eu achava que além de não ter qualquer relação com a missão daquela secretaria, para a SAI, cuidar do CNPC e do Sistema Nacional de Cultura, já era tarefa

demais. Outra aquisição excelente foi o Eloi Ferreira de Araújo, ex-ministro da SEPPIR, também filiado ao PT, que conhece a questão dos afrodescendentes como poucos no Brasil, daí o convidei para assumir a Fundação Palmares. Na SAV [Secretaria do Audiovisual], eu promovi uma funcionária da casa, Ana Paula Dourado Santana, porque as pessoas que eu pensei inicialmente eram muito conflituosas... Vi que ela era bem querida no meio, e tem que ser enfronhada na área para cuidar da preservação na Cinemateca, entender as demandas do CTAV, comparecer aos festivais, saber quem é quem, mesmo porque audiovisual é uma área complicadíssima com todas as suas linguagens. Tinha o Manoel Rangel, que não dependia de mim, já que tem mandato na Ancine que está vinculada ao Ministério, mas tem quase total independência e, por ser agência, é nomeado pelo Presidente da República. Depois de alguns meses, houve a substituição da Secretária Marta [Porto] no primeiro escalão, mas foi o único caso.

Outra coisa, ainda falando da equipe, foi um imprevisto que acabou dando mais certo do que o previsto, na Casa Rui [a Fundação Casa de Rui Barbosa]. Ali aconteceu uma crise com Emir Sader, que antes era um dos nomes cotados para assumir o Ministério. Eu o convidei então para assumir a presidência da Casa Rui, ele aceitou, o que chegou a ser anunciado, mas antes da publicação da nomeação no Diário Oficial, ele desparafusou. Deu uma entrevista à Folha de São Paulo em que disse, entre outras acusações depreciativas, que eu era autista... Eu já vinha percebendo, que ele andava conspirando, fazendo oposição a mim pelos bastidores e buscando apoio... Para minha sorte, sem saber que a entrevista estava sendo gravada, ele fez aquela declaração grotesca, que provocou até repúdio das associações de familiares de autistas, que não aceitaram o uso da expressão “autista” com sentido pejorativo, estigmatizante. Ele se fez de vítima, ainda desmentiu a declaração, mas a UOL pôs no ar a gravação dele. É claro que foi desconvidado e a solução não poderia ser melhor, uma vez que convidei o professor Wanderley Guilherme dos Santos que aceitou, e que, sem a menor dúvida, no nível acadêmico, é considerado muito superior ao Emir, além de ter uma visão bem mais arejada. Foi uma ótima solução, porque antes do início percebi que estava se

armando uma nuvem de crise política. E até em reuniões coletivas dos dirigentes do MinC, ele mantinha uma postura bastante arrogante, como se considerasse superior a todos e a mim, principalmente. Acho que não se conformava em não ter sido convidado para ser o Ministro.

Em relação à gestão, não demoramos a sentir a necessidade de promover um estudo mais radical visando otimizar a estrutura e modernizar o Ministério, para se obter uma máquina pública ágil e preparada para as novas demandas que estavam surgindo e que superasse, ao mesmo tempo, as burocracias desnecessárias. Aí assinamos um o convênio com a Câmara de Políticas de Gestão.⁹ O estudo estava sendo feito, com visitas a analisar finalidades e a melhorar o desempenho de todos os órgãos do Ministério, ao examinar estrutura, funções, objetivos, tramitações de documentos e necessidades. Muitas vezes, um documento passa por vinte pessoas quando podia passar por sete, no máximo, ou um documento que poderia levar três dias para chegar a outro departamento, leva três semanas... enfim, além de acelerar o fluxo, pode se baratear tudo e aproveitar melhor os servidores. Quando saímos, entregamos para a Marta, que deu continuidade ainda algum tempo. Depois eu não sei de mais o que aconteceu.

Já que você citou crise, falou da crise da Fundação, como foi de fato essa crise que marca a gestão no início, a questão dos direitos autorais, que foi o primeiro momento de embate seu. Como é que foi sua perspectiva disso?

Isso aí tem muito mais “diz que diz”. Foi uma campanha muito pesada e eu tenho, inclusive, informações bastante seguras das pessoas que participavam, de onde saía e quem estava financiando isso. Aparentemente, o Creative Commons era aquela marquinha, aquela logomarcinha que estava no site do Ministério. Aquilo foi colocado sem se consultar nem o jurídico, nem ninguém. Tudo muito estranho, porque ela é uma entidade privada norte-americana e, no Brasil está sendo representada pela Fundação Getúlio

.....
9 Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), do Conselho de Governo.

Vargas, sem pertencer exatamente à Fundação, mas fica dentro da Faculdade de Direito. É um tal instituto, de tecnologia e sociedade, uma coisa assim... Na gestão do Gil aquilo tinha sido colocado na página oficial, e então o que estivesse na página do Ministério estava autorizado a ser usado através do Creative Commons. Quando eu entrei, perguntei como se oficializou aquilo e se teve algum processo de seleção. Não, no jurídico, não tinha passado processo nenhum. A lei do direito autoral permite que o autor, e só ele ou os detentores de seus direitos, podem liberar da forma que quiser, pelo tempo que quiser, antes de cair em domínio público. A lei já prevê que, se quiser, o detentor do direito pode até não cobrar nada. Eu sei que agora o YouTube, o Google estão discutindo com as associações de autores e inserindo muitos anúncios para pagar aos autores pela liberação de músicas gratuitamente para o público. Mas no caso do Creative Commons seria tudo gratuito para o público e para o autor. Essa entidade, financiada pelo Google, Microsoft e outros oligopólios econômicos da internet sediadas nos Estados Unidos, estava se infiltrando nos governos com uma maliciosa campanha de que “liberar direitos autorais seria democratizar a internet”. É claro que a finalidade real desses provedores, sites de busca e outros era obter conteúdo de qualidade gratuitamente. É difícil entender que gente que se diz “de esquerda” caia num discurso tão cínico contra a produção cultural brasileira que engloba, principalmente, música e audiovisual. Mas em relação ao MinC, um espetáculo de um artista, uma palestra de um intelectual qualquer que estivesse no Brasil, e fosse gravado, era liberado na internet e poderia ser copiado pelo CC... Quem disse que ele teria liberado, quem disse que ele assinou, não tinha nada permitindo que liberasse. Então, o Ministério estava liberando coisas que não lhe pertenciam. Não se pode fazer isso, mas lá era liberado tudo o que tivesse na página.

Então eu decidi, “Vamos pela lei, e a lei do direito autoral já atende a todas as formas de liberação”. E a lei estava para ser revisada mesmo, mas quando eu tirei aquela marquinha, uma propaganda irregular de uma entidade privada numa página pública, a reação desses grupos infiltrados na imprensa, nos blogs e até em partidos foi insana. Só pela ira desses ativistas dá para se deduzir que havia interesses a mais que eu estava contrariando.

Esses grandes oligopólios da internet, que estão hoje entre as empresas mais ricas e poderosas do mundo, têm poder de influência global e estão em litígio com governos de vários países e blocos, como a União Europeia. Aqui estavam diretamente dentro do governo, ocupando cargos estratégicos dentro de alguns ministérios. Tanto que o Ronaldo Lemos, que era o representante da CC, foi quem redigiu o anteprojeto da Lei do Direito Autoral que foi apresentada pelo MinC nas vésperas de eu assumir. Na Casa Civil tinha gente que trabalhava com ele, que veio diretamente da Google. A meu ver, existe aí um claro conflito de interesses.

Até hoje o anteprojeto está rodando por aí. A Casa Civil me devolveu nos primeiros dias de 2011. Quando há mudança de ministro, as decisões enviadas à Casa Civil, sem que tenham havido encaminhamentos por parte dela, são devolvidos para o Ministro que assume decidir se endossa o assunto ou não. Isso é uma praxe, acontece com todos os ministérios, tanto que depois a Marta [Suplicy] recebeu a lei de volta também, como, da mesma forma os outros receberam. E havia muitas queixas, que vinham da Academia Brasileira de Letras, das editoras, das associações, do ECAD, do cinema, dos roteiristas, vinham de várias áreas que não foram contempladas no anteprojeto, mas haviam apresentado substantivas e consistentes reivindicações. Por outro lado, existiam artigos que eram inviáveis mesmo, que não passariam, porque o Brasil é signatário de acordos internacionais na OMC, como a Convenção de Berna, que não podemos desprezitar, sob risco de sermos punidos em diversos outros acordos de comércio internacional. Como o anteprojeto já tinha sido colocado em consulta pública, respeitamos basicamente o que já foi aprovado na gestão anterior, mas abrimos a discussão para rever alguns detalhes polêmicos. Principalmente os que provocaram queixas das entidades não atendidas, pontos que iriam ferir outras leis e acordos internacionais e, por fim, sugerir inovações em questões que deveriam ser melhoradas, principalmente em relação às novas tecnologias, como a internet. Algumas propostas foram incorporadas, principalmente em relação aos roteiristas de cinema, ao próprio cinema, literatura, música, imagens, enfim, principalmente as áreas, mais atingidas pela internet. A grande inovação na lei foi a proposta de

criação do IBDA, contendo todas as ferramentas para o registro virtual e obrigatório em uma página oficial, das obras lançadas e comercializadas. Constarão no registro informações completas sobre todos os detentores de direitos autorais, a situação em que as obras se encontram e os canais para acesso pelos interessados no uso. A responsabilidade pelo registro seria dos produtores, editoras, gravadoras, produtoras de audiovisual – que até hoje não detalham todos os detentores de direitos na Ancine. Além de um controle público mais seguro, o registro tornaria públicas informações sobre obras em domínio público. É importante entender que a internet é um meio de divulgação muito rápido e, se liberam uma obra inédita, às vezes causam um prejuízo, via pirataria, que não tem mais volta. Você tem que pensar que na cadeia produtiva, se não existir regras bem claras, pode se quebrar gravadoras, editoras, produtoras de audiovisual. Quebra a cadeia toda, incluindo autores, intérpretes, produtores, técnicos e os outros trabalhadores participantes do processo (direitos conexos) porque depois de todo investimento, se o produto for pirateado e não houver mais interesse das distribuidoras em comercializar, o investimento vai para o ralo. Quando o pessoal ligado à internet vinha me argumentar sobre o desserviço de criticar o “coitado do adolescente que copiava filmes de sites piratas”, eu respondia que o culpado não era o garoto que está copiando, o verdadeiro culpado e que deve penalizado são os sites, provedores que estão disponibilizando conteúdos piratas. Os ativistas representantes da Google & Cia queriam inclusive que a culpa recaísse sobre o usuário que tinha colocado o material no ar... Só que usuário que tem uma página, está debaixo de um provedor, que a princípio não é obrigado a saber de tudo, não vai ficar vigiando, mas se houver uma denúncia do detentor oficial dos direitos e se ele permitir que o material continue disponível, se não tomar uma providência, então passa a ser conivente e vira corresponsável por isso. Para isso, como medida preventiva, bastava um aviso extrajudicial. Normalmente, se o site não tinha comprovação de que detinha os direitos, o provedor tirava o conteúdo do ar até que se provasse ou não. Aí ficou uma discussão: considerando as consequências, tira do ar via aviso extrajudicial ou será necessário entrar com um processo judicial para solicitar a retirada? Nossa visão é de que um processo judicial pode demorar um, dois anos e, quando ganhasse, e conseguisse que o

conteúdo saísse do ar, o filme, por exemplo, se acaso tivesse conseguido distribuição, já teria saído de cartaz com perda total. Então essa discussão é sobre algo que pode quebrar a produção cultural brasileira. Isso é muito sério, fui à Câmara, fui ao Senado para alertar sobre a gravidade do assunto. Falei que essa preocupação no Brasil começou com Chiquinha Gonzaga na defesa do direito do autor, é o direito profissional dele, ele vive desse trabalho, é isso que ele vai deixar... O banqueiro deixa o banco aos seus descendentes, o industrial deixa a indústria, o empresário, o comerciante deixa o que tem para o filho. O autor tem sua obra que ele criou, é disso que ele vive, e que por algumas décadas, mesmo depois de morto, o filho vai poder receber por ela, mas depois de 70 anos cai em domínio público, o que é justo. Mas isso não acontece com a herança de empresários, é bom lembrar. Essa discussão está se dando no mundo inteiro de uma forma ferrenha mesmo, porque a briga é contra interesses financeiros enormes. Nos Estados Unidos, que adotam o copyright, o controle é bem maior, porque eles têm uma indústria audiovisual fortíssima, além da fonográfica e editorial. Aqui no Brasil, o Marco Civil da Internet, também foi elaborado pelo tal Ronaldo Lemos que agora não trabalha mais na FGV mas foi contratado pela UOL/Folha de São Paulo e pela Globo/GNT, além de trabalhar eventualmente, me parece, para a Google, onde assina recursos jurídicos. Como era de se esperar, foi uma lei tendenciosa e cheia de falhas que, justificando priorizar os usuários, algo meio vago, atendeu a todos os interesses dos provedores e sites de busca, esses grandes oligopólios da internet, mas ignorou as necessidades do cidadão comum que acaba sendo o grande prejudicado. Sem saber a quem recorrer quando se sente lesado, uma vez que, as leis que regem o Google, Facebook e outras são norte-americanas, as despesas e os impostos são pagos fora do país, enfim, espero que isso seja revisto algum dia, em favor da soberania do país e do cidadão brasileiro.

Eu acompanho a discussão dos direitos autorais desde anos 70, quando todos os autores e músicos de peso discutiam isso em relação às gravadoras e editoras. É defesa do autor mesmo. Na campanha contra mim como ministra, me acusavam de ser representante do ECAD sem que se saiba, exatamente, o que é esse famigerado ECAD. Aí eu dizia, “gente qualquer músico, autor,

compositor tem que estar ligado ao ECAD para receber, porque é a única forma, é o escritório central de arrecadação”. Só que eu não sou nada diretamente no ECAD, sou só filiada a uma das associações que formam o ECAD. O mais engraçado é que o Gil foi, no passado, presidente de uma das associações, a AMAR [Associação de Músicos Arranjadores e Regentes], o que é inteiramente normal, mas ninguém nunca comentou isso. Já eu, era “agente do ECAD”. Era um trabalho de difamação, de repetir até pegar, que eu era “agente do ECAD”. Eu só defendo o direito autoral, e defendo isso, em todas as linguagens, há décadas. O ECAD tem problemas, sem dúvida, e eu falei pro pessoal das várias associações: “vocês se matam entre si, então não é à toa que todo mundo acaba desconfiando de todos e do próprio ECAD”. Mas é o escritório central, e tem que ter um escritório, porque aquela coisa, antigamente era caótica: acabava um show ficavam todos os fiscais de todas as associações se estapeando na porta, com “A música é minha!” – “Não!, É minha!”. Então foi criado o escritório central que recebe, depois repassa para as associações que os músicos, compositores e editores se associaram e criaram. Dessa forma, é possível saber exatamente a quem cada obra pertence.

Sobre o audiovisual, com a aprovação da Lei 12.485, em 2011, a Ancine teve sua atuação ampliada, e a SAV teve um certo sombreamento e uma diminuição das ações...

Essa é uma área que sempre teve um atrito. Acho que historicamente, mesmo antes de Manoel Rangel e Ana Paula, já existia competição porque são áreas que lidam com o mesmo assunto. Por exemplo, batalhei feito uma louca no Congresso pela aprovação da Lei 12.485, o que foi uma grande conquista. Só que a SAV reivindicava para si uma parte que fosse para as áreas de média-metragem, documentários, animação, curtas... Fora a Cinemateca, o CTAV [Centro Técnico Audiovisual], que é muito importante a preservação e recuperação de películas, muitos festivais de cinema também ligados à SAV, no Brasil todo... A Ancine resistia.

Por outro lado, existe uma situação muito complicada, desde a fundação da Ancine. É a única agência que fomenta, regula e fiscaliza. Não existe, nas agências, essa coisa de fomentar. O fomento,

a princípio deveria estar na SAV, mas pela liberdade de movimentação e pela estrutura... Por ser uma agência, ela tem uma estrutura maior, salários melhores, tem mais funcionários. Os salários da Ancine são dez vezes os do Ministério e ela conta com quase total independência. A Ana Paula vivia nessa briga, a gente fazendo o estudo de quanto o Ministério poderia participar, porque o Fundo era do Audiovisual. E era muito difícil, porque o Manoel Rangel mantém a Ancine com uma estrutura muito fechada, eu discutia com ele... As regras de editais do Ministério são sempre transparentes: lança o edital, o júri é nomeado incluindo pessoas da sociedade civil, gente com notório saber no assunto, que se alterna a cada edital. Já os da Ancine, são selecionados pelo Comitê de Investimentos que é formado por três servidores da casa e três representantes dos agentes financeiros, nomeados pelo presidente da Agência, de forma que o julgamento dos projetos é absolutamente interno e sigiloso, você só vê o resultado, não se sabe quais foram os critérios etc. Além do mais, não são, obrigatoriamente, técnicos do cinema. Nós, do Ministério da Cultura, reivindicávamos ao menos uma cadeira da SAV lá, mas não conseguimos aprovar isso... Era uma relação muito esquizofrênica. As pessoas do meio reclamavam muito que a Ancine, tinha uma política fechada, que o Manoel Rangel resolvia sozinho a distribuição e gestão dessa verba enorme. Mas aí entra a questão política, é PCdoB, é uma área que é o feudo do PCdoB. Vai ter que mudar isso algum dia, agora é um feudo. Por exemplo, são quatro diretores, sendo que um é o presidente, e como ele tem o voto de minerva, basta ter uma pessoa do lado dele – e tem – que ele ganha qualquer discussão.

A relação com a Ancine é um pouco complicada por ser uma agência, uma agência dentro do ministério, que não se subordina ao ministério. É uma relação muito diplomática, a gente tentava negociar dentro do possível. E o Manoel Rangel é genial, ele domina como ninguém aquilo tudo, sabe de cor as portarias, normas, regimento interno, ele é muito competente no que faz. Mas é complicada, essa separação do audiovisual dentro do ministério.

Mas, nesse sentido, não seria complicado indicar uma pessoa, como a Ana Paula, que não tem o capital simbólico de fazer frente, no sentido mais político?

Não, a verdade é que, até admiro muito ele, mas Manoel Rangel tinha já uma relação muito forte dentro do ministério antes de mim. Com o Gil ainda nem tanto como ficou depois. Eu acho que tudo foi se desequilibrando também, porque a cada vez que divergíamos, ele pedia apoio na Casa Civil, também questão de poder político. Aliás é um outro problema que influi demais na gestão pública: o poder de barganha dos partidos...

E o DocTV, o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro, por que não teve continuidade?

O orçamento, já era curto. O tanto de “restos a pagar” e contingenciamentos não nos permitia ampliar mais o leque de produção audiovisual, do qual DocTV fazia parte. No início, em 2003, o principal parceiro era a TV Cultura, que depois saiu e entraram alguns outros apoiadores com participações menores. Em 2011 e 2012 nos empenhamos mais na parceria que já tinha se iniciado com os países do Mercosul e principalmente, da CPLP onde a carência de condições e o interesse de geral eram maiores. Pelo modelo anterior, o Brasil entraria com metade, sendo que a outra metade, que anteriormente era sustentada por Portugal, deveria contar com outros parceiros, uma vez que Portugal vivia uma crise econômica violenta em 2011, 2012 e não poderia assumir aquele compromisso. Estávamos em Angola, justamente em reunião da CPLP, quando insisti com a ministra angolana que participasse financeiramente, já que se tratava do único país realmente em boas condições econômicas. Eu propus “Vamos dividir, Brasil entra com a metade dos custos e, até se for necessário, um pouco mais a gente banca, só não podemos financiar tudo sozinhos...” Infelizmente, apesar dos elogios e apelos gerais, nenhum país se prontificou e, com isso, adiamos o DocTV-CPLP, para quando se tornasse possível.

Mas o Nacional...

Internamente nós investimos mais num outro formato, de ficção, que estava dando excelentes resultados, que era o FicTV. Foi um projeto iniciado antes da nossa gestão, voltado para a juventude, principalmente da classe média C e D. Exibido na TV Brasil,

sua temática, diferentemente dos equivalentes no horário, como Malhação, por exemplo, era sobre problemas que fazem parte do dia a dia dessa garotada menos favorecida. Mas tudo se dava de uma forma leve, positiva e até com certo humor.

A extinção do DocTV foi uma questão de orçamento então, é isso?

Não foi nenhuma coisa assim, 'vamos extinguir'. A cobertura era curta, a gente começou a entrar mais no FicTV que era também para televisão, tentou fazer o DocTV CPLP e não conseguiu, América Latina... não lembro exatamente quais eram todos os projetos. Mas nunca teve essa coisa intencional de 'vamos parar', em nenhum momento, não tinha por que parar os bons projetos.

Retomando a questão dos Pontos de Cultura, a gente falou um pouco sobre a questão do Sistema, que pensava a relação com estados e municípios, e uma das críticas quanto ao processo do redesenho, foi que o programa já tinha sido estadualizado desde 2007. No momento de pensar o redesenho, os estados e municípios que tinham programa lá na ponta não estavam articulados nesse momento, quando o processo em curso se relacionava muito com o estudo do IPEA. Como você vê isso?

Bom, o redesenho foi uma avaliação, mas não era uma avaliação política, foi uma avaliação dos resultados e do que estava funcionando bem, o que deveria ser modificado, aprimorado, com vistas, inclusive, ao lançamento de novos editais. E ele foi todo elaborado pelo Grupo de Trabalho Cultura Viva do qual faziam parte a Rede dos Pontos de Cultura em conjunto com o MinC e o IPEA. Os pontos ligados aos estados e municípios tinham seus representantes na Rede. Eu não sei exatamente quais foram as críticas, talvez, para poder responder melhor, seria bom conversar com a Secretária Marcia Rollemberg, porque ela acompanhou até o fim, até 2014, e participou de todas as reuniões do redesenho.

A questão foi que tinha participação da comissão nacional dos pontos de cultura junto ao Ministério, mas a rede de estados e municípios que tinham o programa implementado não foi chamada para

pensar esse redesenho. Essa preocupação de pensar na participação dos estados e municípios dentro do programa.

A comissão foi tirada por todos, independente da situação institucional, até porque através da Rede, chegava-se à ponta. Todas as regiões, sem exceção, estavam representadas, eu não posso realmente responder com precisão, porque isso estava sendo conduzido e eu acompanhei até um ponto. A proposta com o IPEA, tudo isso eu acompanhei, e depois eu vi o resultado que é muito consequente e técnico. Eu entendo que esses parceiros institucionais tenham se visto como, vamos dizer, parceiros no resultado, e considerassem que como parceiros, deveriam ter participado do redesenho que iria atingi-los diretamente. Só que o fundamento do redesenho não era político para atender o governo federal, estadual ou municipal, era absolutamente técnico, para que os resultados aprimorassem o programa Mais Cultura no atendimento à sociedade e na prestação de contas do dinheiro público. Não era uma revisão com objetivo de punir ninguém, o objetivo era pensar, daqui para frente, como poderia se aperfeiçoar o programa...

Os estudos mencionam sempre a relação entre cultura e educação como uma área que foi potencializada.

Dentro da Secretaria de Políticas Culturais a gente criou a Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura, com o objetivo de trabalhar concretamente a relação umbilical da Cultura com Educação. A diretora, Juana [Nunes] iniciou o diálogo direto com a diretoria afim no Ministério da Educação. Segundo o então Ministro Fernando Haddad, a parceria já tinha sido vagamente discutida no tempo do Gil, mas nunca viabilizada concretamente. Foi um trabalho muito intenso e técnico entre diretorias, secretarias até chegar aos secretários executivos. Depois de ajustado, me reuni com Haddad e as duas equipes, para avaliarmos a ideia toda. Era fantástica, trabalhar desde a educação básica até a universitária, envolvendo alunos e professores que também seriam preparados para conhecer melhor a música e cultura africana em função de duas leis que nunca foram regulamentadas. Por outro lado, várias secretarias e autarquias do Ministério da Cultura apresentaram ações

da área de audiovisual, pontos de cultura, livro e leitura, museus, patrimônio... Para os primeiros quatro anos lançaríamos quatro grandes ações. Em dezembro de 2011 os dois ministros finalmente assinaram o Acordo de Cooperação Técnica que já contava com orçamentos, previa ações e etapas, com prazos, para ter início em 2012. O problema que, infelizmente, acabou atrasando e mudando, em parte, o projeto, foi a saída do Fernando Haddad para se candidatar a prefeito de São Paulo e a entrada do Aloizio Mercadante no Ministério da Educação. Naturalmente, ele aprovou o acordo mas, junto com a equipe nova, quis rever vários pontos... Só bem mais tarde, na gestão da Marta Suplicy é que foi iniciada a parceria atendendo só a uma pequena parte do que estava previsto na assinatura do acordo.

Uma outra coisa, que acho muito importante e se deu nas primeiras semanas do governo Dilma foi ela ter me chamado para entregar um dos PACs [Programa de Aceleração do Crescimento] que passou a ser o primeiro conduzido pelo Ministério da Cultura, com o apoio dos outros ministérios, que foi o PAC das Praças de Esporte e Cultura, as PECs. Ela estava, até então, na dúvida se ele deveria ser coordenado pelo Ministério dos Esportes ou Ministério da Cultura. Mas ao me chamar, contou que sentia que a Cultura agregava não só todas as faixas etárias, como gêneros, em suas diversas linguagens. Nesses pequenos centros culturais teriam os CRAS [Centros de Referência da Assistência Social], que é da área de assistência social, um setor para assistência jurídica e as áreas de esportes. Seria uma pequena sede para atender comunidades em situação de alta vulnerabilidade e lhes dar um apoio local. A proposta era de se trabalhar em parcerias que envolvessem as prefeituras locais que cederiam os terrenos e, depois deles prontos, iriam gerenciar essas PECs em conjunto com as associações de moradores e culturais locais. A ideia do governo era a de que para se trabalhar com o país em toda sua extensão e atingir as pontas, atendendo suas diversidades, teríamos que fazer parcerias, senão poderíamos criar centenas de elefantes brancos sem utilidade. Arquitetos elaboraram três modelos de projeto básico, três formatos que se adaptassem aos tamanhos e características dos terrenos. Os maiores tinham alguns espaços a mais, uma quadra a mais, sendo que todos

deveriam ter algumas áreas básicas como o auditório, espaços para atender a comunidade e outras funções mais. A proposta era de se construir 400 PECs em quatro anos e depois mais 400. Organizamos seminários, primeiro com os prefeitos, depois com os secretários municipais e arquitetos responsáveis pelo projeto executivo e com todo o pessoal que iria trabalhar. Demos uma assessoria permanente pela internet. Nossos arquitetos também viajavam para esclarecer o que seria viável para cada terreno, tirar dúvidas, discutir diretamente cada projeto com as prefeituras. Isso começou andando muito bem. Quando saímos, 360 obras estavam contratadas (distribuídas em 325 municípios brasileiros), das quais 80 já se encontravam em andamento, com as primeiras inaugurações previstas para até dezembro de 2012. O problema foi que a Marta [Suplicy] alterou o projeto, transformando Praças dos Esportes e da Cultura em CEUS das Artes, mudando também as finalidades de algumas dessas áreas, o que, pelo que soube, criou problemas com outros ministérios que viram seus espaços de atuação reduzidos ou extintos. Então, no começo, estava indo muito bem, sendo que alguns andavam mais rapidamente. O MinC repassava a verba para a Caixa Econômica, e na medida em que cada projeto avançava, a prestação de contas feita, novos repasses eram liberados. Toda cidade tem uma Caixa Econômica. Foram feitos convênios com a Caixa e com as prefeituras. Passava pelas três instâncias.

Um projeto muito importante e, próximo a esse, foram as Usinas Culturais, que era a contribuição do Ministério da Cultura para o Fórum Direitos e Cidadania, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. Numa viagem que fizemos ao Uruguai, conhecemos e nos inspiramos num modelo de incubadora cultural que lá deu muito certo. A proposta era encontrar locais fornecidos pela prefeitura – uma escola abandonada, por exemplo – reformaríamos e a entregariamos equipadas para desenvolver ações no campo das artes, costura, artesanato, cursos para teatro, serviria para fomentar artes em áreas de alta vulnerabilidade. As ações do programa focaram as temáticas de valorização da juventude negra, promoção da autonomia das mulheres e educação ambiental. Até setembro de 2012 foram conveniadas 15 propostas e outras 36 estavam em análise pela Secretaria Geral

da Presidência, totalizando 51 Usinas Culturais. Creio que depois que saímos do MinC o projeto foi abandonado.

Interessante que essa ideia de construir centros culturais do governo federal mesmo em consórcio com municípios é uma ideia que estava lá no começo do Gil que foi rejeitada exatamente pela inviabilidade do governo federal de sair construindo as coisas, e os Pontos de Cultura foram uma resposta. Aí retoma essa ideia...

As Usinas Culturais usariam prédios abandonados e deteriorados que as prefeituras sempre têm conhecimento e nada melhor do que uma boa ocupação que dê vida afirmativa à região. Uma vez reformadas e equipadas pela União, seriam mantidas e gerenciadas pelas prefeituras em conjunto com as comunidades locais. O projeto do PAC, sim, era o de se construir prédios com finalidades sociais, atendendo a demandas que vêm da ponta, o que é o oposto da ideia do Governo sair construindo pelo país afora. Acho que de uma certa forma, o Governo Federal, com as PACs, tentou recuperar o projeto do início da gestão do Gil, elaborado pelo antropólogo Roberto Pinho. Essas parcerias racionais com governos municipais e sociedade organizada definindo localização e utilização foram repetidas em vários programas do MinC. Com o projeto Uma biblioteca em cada município também se deu esse princípio: as prefeituras dão o espaço, o MinC os livros, mobiliário e equipamentos, e elas administram as bibliotecas.

Como contei, as Praças dos Esportes e da Cultura, que começaram a ser idealizadas na gestão do presidente Lula, pertencia ao PAC, foi o primeiro PAC entregue ao Ministério da Cultura. Depois veio o PAC das Cidades Históricas, gerenciado pelo IPHAN, um organismo respeitado e realmente estruturado para tal. Aliás, as melhores viagens que eu fiz foram pelo IPHAN. As melhores e também as piores. Você vai para Salvador e vê a cidade baixa desmilinguindo toda, aquele pedaço de patrimônio, casarões querendo despencar, só escorados por estacas que o IPHAN coloca, já que os proprietários dos terrenos querem mesmo é que tudo caia para que se possa construir novos prédios. No meio do ano de 2012, eu estive em São Petersburgo, para uma reunião da

UNESCO¹⁰ para discutir patrimônios mundiais, ocasião em que o Rio de Janeiro foi reconhecido como Patrimônio da Humanidade como Paisagem Cultural Urbana. Várias das cidades brasileiras com título de Patrimônio da Humanidade estão se deteriorando, com o risco perder o título, como Salvador, como São Luís, Ouro Preto, Olinda, como a própria Brasília e outras. Existia um grupo de prefeitos de cidades históricas, liderados pelo Ângelo Oswaldo, que na época era prefeito de Ouro Preto, que criaram uma associação para defender a proposta de se criar o PAC das Cidades Históricas que envolvesse outros ministérios, porque a recuperação de uma cidade ou parte dela não depende só do MinC e do IPHAN. Quando a presidenta Dilma me convocou para apresentar os projetos prioritários de 2012 eu voltei ao tema que já havia sido recusado pelo Planalto e insisti: “o IPHAN vai, recupera uma igreja ou um altar, inaugura, mas o entorno está todo decadente, a cidade em volta entrou num processo de degradação e marginalização que, por mais linda que seja a igreja, as pessoas têm medo de andar por ali. Tem que se pensar um projeto de recuperação que envolva o entorno, planejando infraestruturas como cabeamentos aterrados, por exemplo, e principalmente, planejar e criar estímulos para uma ocupação criativa que dê vida à região. Isso só seria possível dentro de um PAC”. Nesse momento a presidenta tomou a palavra e contou que há muito ela acompanhava essa reivindicação, que em certa ocasião o ex-presidente Lula, informado erroneamente pelo meu antecessor no MinC, anunciou o PAC das Cidades Históricas num discurso, mas esse nunca foi efetivado. Só que agora ela estava convencida de que a única solução mesmo seria incluir o projeto no PAC. Aí que a Dilma orientou a Ministra do Planejamento, que estava na reunião e coordenava todos os PACs, para incluir o nosso e começar a trabalhar com o MinC/IPHAN e outros ministérios, além da Caixa Econômica, para definir a dimensão e detalhes, até que ele estivesse pronto para ser anunciado. E a gente começou a trabalhar intensamente e, até a data da minha saída o projeto estava praticamente pronto, com a definição das cidades e regiões, formatos de parcerias, isenções e empréstimos para proprietários particulares recuperarem as obras e repasses

.....
10 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

a Prefeituras aprovados pela Presidenta. Tanto que na cerimônia de transferência do cargo de Ministra para Marta, ela fez questão de anunciar o PAC das Cidades Históricas como uma conquista da minha gestão. Então conquistamos esses dois PACs. Mas, infelizmente, os PACs foram diminuindo o ritmo e hoje estão interrompidos, ou quase.

As cidades estão caindo.

E as cidades continuam caindo. São as notícias que leio e ouço sobre as mudanças que se deram na Bahia, em Minas, no Piauí, no Maranhão. A superintendente do Maranhão era uma fera, encarava a família Sarney, era muito respeitada. Tiraram e puseram um cara de empreiteiras, o que se pode esperar? Piauí que tem aquela Serra da Capivara, toda aquela região com pinturas rupestres, aquela coisa, puseram alguém que não entende nada, foi um troca-troca, mas aquela coisa dos acordos para poder ganhar essa crise toda, concessões... e o IPHAN... Resisti o que pude e fiquei muito triste porque cinema, por exemplo, pode interromper numa época, mas depois volta. Quantas vezes já teve boom? E o patrimônio acabou, acabou. Ninguém vai reconstruir na Bahia, Salvador que foi abaixo ou um Pelourinho que foi abaixo.

Uma questão que ainda não foi abordada foi o Projeto de Lei nº 6.722, de 2010, que visava à instituição do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, o Procultura, que não teve muita ênfase... E financiamento em geral, fomento.

A gente trabalhou muito o Procultura, que, quando a gente entrou, já estava no Congresso. Na Câmara, já tinha passado na Comissão de Educação e Cultura onde a deputada Alice Portugal tinha feito sua relatoria e, de lá foi para a Comissão de Finanças e Tributação. A gente trabalhou intensamente junto ao relator, o saudoso deputado Pedro Eugênio, lá de Pernambuco. Ele pegou isso com paixão: reuniões pelo país todo junto com o secretário da SEFIC, Henilton Menezes, com o secretário executivo, Vitor Ortiz, e algumas vezes comigo também, uma hora discutindo com empresários, outra com a classe artística e produtores. Dialogamos com

todos os lados, porque se o projeto não interessar ao empresariado, acabou. Se o projeto não servir para quem vai usar, acabou. Ninguém vai fazer projeto se for inviável para quem vai usar. Ele fazia questão de ouvir, e a gente viajou 26 estados mais o Distrito Federal. Encontros com a classe artística, depois com empresariado, além do Ministério da Fazenda, Receita Federal...

Já em relação à Lei Rouanet, que na época, lá atrás, foi bem feita, uma boa ideia, mas está cheia de problemas que foram sendo descobertos na medida em que ela foi posta em prática. Tem vícios, por exemplo: Por que teatro tem 100% de abatimento e música popular cantada 30%? Quem disse que a música popular é exclusivamente comercial e lucrativa? É claro que existem artistas totalmente pop, mas existe a música popular que, mesmo tendo certo público, não toca em rádios e TVs ou porque é uma linguagem hermética ou porque não está na mídia comercial e necessitaria de maior apoio. Por outro lado, existem espetáculos de teatro puramente comerciais, monólogos, comédias com atores globais que lotam todo dia e talvez nem precisassem de patrocínio com isenção de 100% pela lei. Esses percentuais foram, em grande parte, conquistas corporativas. O Procultura baseava o percentual de dedução em pontuações que valiam para as várias linguagens. Projetos com retorno social, como por exemplo oferta de produtos ou ingressos gratuitos ou a preços populares, cursos e oficinas gratuitos paralelos para população de baixa renda e outros tinham uma pontuação maior do que os que não tinham essa preocupação. Da mesma forma se espetáculos ou exposições vão circular pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ou vão ficar restritos aos grandes centros do Sudeste. E algumas áreas, como restauração de patrimônio, por exemplo, que realmente não contam com grande atrativo ou visibilidade, não vão conseguir captar se o patrocinador não puder deduzir os 100%. Enfim, eram vários os parâmetros. De qualquer forma, a lei também tem de ser atrativa ao empresariado que é quem vai decidir se pretende e a quem pretende patrocinar pela lei, até porque ele tem a opção de patrocinar usando outras leis que dão também isenção fiscal, como na área social, de saúde, de esporte e até pela Lei do Audiovisual que permite a isenção de 125%. Então por que ele vai destinar a verba para o patrimônio, ou para museus? A lei não

impõe o tipo de produção cultural que o empresariado deve patrocinar, e cada um tem o direito de escolher a que tipo de produto cultural prefere agregar sua imagem. Mas podemos influenciar, dando pesos e medidas para ele poder escolher o que lhe parece mais vantajoso. Nesse sentido, a lei Procultura estava muito aperfeiçoada, eu não sei exatamente como está agora, mas era muito boa no fim de 2012. O que existe contra esta lei, e que todo mundo teme, é o seguinte: pela LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] em vigor, ela, como todas as leis de incentivo fiscal aprovadas a partir de 2010, se não me engano, devem ser reapresentadas e aprovadas no Congresso a cada cinco anos. Só que o projeto de lei Procultura já está sendo discutido, e atualmente parado no Senado, há quase dez anos e não está aprovado. Então como pode se pensar em abrir mão da Lei Rouanet? Com decretos é possível corrigir todas as distorções da Lei Rouanet, sem ter que aprovar outra lei para substituí-la. As boas sugestões do Procultura podem servir como modelo. Bem mais simples e seguro.

Ana, é uma espécie de avaliação sua, de como é que você se sente dessa passagem a partir de saber que foi um momento traumático de qualquer maneira, foi um momento de embate muito forte, você superou muitas críticas... Como você avalia a sua passagem no ministério, como é que você faz um balanço desse processo?

É meio difícil falar, mas agora, com certo distanciamento, e depois que algumas situações, na época bastante estranhas, inexplicáveis e até suspeitas, escancararam suas reais motivações, dá para entender com mais clareza o processo que se deu. Não tenho dúvidas de que o que eu peguei foi uma coisa meio fora do normal, uma conjuntura fora do normal. Isso percebi logo, mas não me arrependo de ter resistido e enfrentado os empecilhos. Primeiro, eu não sou política de partido, política no sentido partidário, depois que acabou o PCB e virou PPS pedi desfiliação. Mas, mesmo não estando em partido nenhum, é claro que penso politicamente e sabia o tempo todo que, pelo cargo que ocupava, eu teria que raciocinar objetivamente, considerando todos os pesos e responsabilidades políticas. Embora não fosse filiada a nenhum partido, 90% dos meus amigos são de esquerda, do PT

ou simpatizantes, sendo que eu também, simpatizante, votei, fiz campanhas para Lula desde sempre. A cultura, a gente sabe que é uma área polêmica, os egos são desmedidos, e tem gente, inclusive amigos, que queria que eu desse toda prioridade para seu projeto, o que de certa forma até compreendo. Mas tinham os que me cobravam uma atenção um tanto quanto fora dos padrões. Eu atendia todos, acompanhada pelos dirigentes das áreas, examinávamos o que era possível fazer e mostrávamos os caminhos viáveis e os inviáveis. Não tive problema de relacionamento com ninguém que me procurou para dialogar, mas teve gente que não se conformou com os limites e passou a jogar pesado, primeiro mandando recados, chantageando, ameaçando e depois indo aos jornais para nos acusar de incompetentes, de ter interrompido projetos etc. A grande maioria era gente que, sabe lá como, tinha conseguido aprovar seus projetos no apagar das luzes da gestão anterior, só que em 2011 foram rejeitados e arquivados pela Controladoria [Geral da União], ao examinar e constatar que esses processos estavam irregulares, incompletos ou superfaturados.

E existia ainda uma postura, sem dúvida muito machista, violenta – que não fariam com homem – e as coisas que diziam, principalmente nos blogs, redes, com comentários anônimos, eram muito baixas, vulgares até. Acho que por ter uma aparência assim, mais delicada, acharam que eu seria emocionalmente frágil, que eu seria fácil de desmontar. Me tratar como, “a irmã do Chico...”, insistir que só fui convidada por ser irmã dele. É sabido que tenho uma história de vida inteira na política e na cultura, que Chico acompanha sem nunca ter interferido. Nossa relação sempre foi muito boa, muito próxima, mas ele jamais iria procurar a presidenta pra pedir favor pra mim nem pra ninguém. Não faz parte da nossa história nem da nossa formação. Mas isso era repetido infinitamente e claro que deve ter gente que acreditou. Fizeram essa campanha, virulenta, pela internet – mas que contou também com alguns jornalistas ligados ao antigo ministro – me acusando de incompetente, fraca, de desconhecer o setor, de ser malquista e sei lá mais o quê.

Num dos momentos em que a coisa ficou feia, em São Paulo, cheguei a ser agredida fisicamente, quando, a convite, compareci à

Assembleia Legislativa para dialogar sobre os projetos do MinC. A sala estava lotada, principalmente pelo pessoal do Fora do Eixo, que é uma organização meio política, meio cultural meio marqueteira, ligada ao ministro anterior. Esses ativistas mantiveram o tempo todo uma postura bastante hostil, se recusando a qualquer diálogo construtivo. Na saída, sem nenhum motivo – acho que estava combinado entre eles – houve um avanço com gritos e ofensas e a segurança me cercou e me escoltou, sendo que, mesmo assim recebi beliscões, empurrões e cutucadas a ponto de ter de proteger a cabeça. Acho que foi uma das tentativas planejadas de criar se uma catarse contra o MinC. E ficou claro que não houve divulgação aberta do encontro e, além do Zé Celso, que é meu amigo e, cordialmente, como faz sempre, me cobrou pela falta de verba dos MinC, só tomaram conhecimento do encontro e compareceram muito poucos e solidários artistas. Os ativistas da pesada é que convocaram a militância pra encenar aquela reação. A partir de uma nota falsa de um jornalista ligado ao grupo, foi feita em seguida uma campanha robótica, de que eu teria entrado em atrito com Zé Celso, sendo que, pelo contrário, ele veio me dar um beijo, um abraço forte e uns DVDs do Teatro Oficina. A Dilma, que já devia estar por dentro dessas manobras, me apoiava fortemente e, no dia seguinte me disse: “fique firme, fique forte, que a barra é pesada, é assim mesmo”. Aliás, foi a mesma turma que mais tarde, pelas redes, debochava dela também, e, quando a situação começou a se agravar, quando ela mais precisou, não deu apoio, só vindo a defendê-la depois que já estava afastada. Então, voltando ao meu caso, acho que o lado mais difícil é quando eles pegam pelo pessoal, e eu tenho família que andava angustiada, preocupada com as campanhas e a falta de apoio. Como eu vou falar para os meus irmãos, filhos, neto, que não é pra ligar, quando escrevem por aí que a “Ana de Hollanda é uma puta, é uma ladra, é vendida para não sei onde...”. É claro que eles não demonstravam muito a angústia na minha frente, mesmo porque eu estava encarando a barbárie. Mas me afligia, por eles, pelos irmãos, pelos amigos que me conheciam bem, pelos meus filhos, que tinham que suportar ler um monte de calúnias sobre a mãe deles e desmentir isso para amigos, colegas de trabalho...

Então tem um jogo que foi muito baixo mesmo, do ponto de vista pessoal. Por mais consciente e preparada diante do que estava enfrentado, e eu não estava disposta a entregar os pontos para os bandidos, não pude ter uma vida minimamente equilibrada nesses dois anos. Nunca tive ambição de carreira política, minha única ambição era conseguir realizar os projetos, e seguir até o fim da gestão concretizando o que tinha sido proposto, atendendo à confiança que Dilma depositou em mim, que a classe artística e o mundo da cultura depositavam em mim. Isso sim, me alimentava. Na conversa com a presidenta sobre a saída, isso tudo ficou claro. Ficou explícito que minha saída se dava para se poder fazer uma acomodação política, muito em função das eleições municipais de São Paulo. Mais tarde fiquei sabendo que, além de eu ter saído para dar lugar à Marta Suplicy que até então não estava apoiando Haddad e que, para tal ganhou um ministério, tinha também a chantagem do pessoal do Fora do Eixo e alguns ativistas digitais do PT que avisaram que só entrariam na campanha se me tirassem do MinC. Eles acordaram um apoio à Marta e assim foi tudo feito. Para o Lula e PT, a cidade de São Paulo era prioridade e essa turma, sabidamente mercenária, do Fora do Eixo consegue artificialmente, por meio de hackers, criar memes, viralizar notícias a favor ou contra (como fizeram comigo) pela internet. Foi quando a Dilma conversou comigo, a Dilma, e disse que só tinha elogios, não tinha um senão para falar de mim, só agradecimento, mas que “em política a gente não pode fazer tudo que a gente quer”. Então foi assim que eu saí, com a sensação de que eu tinha feito o que eu tinha que fazer e saí porque tinha que sair. Fiz uma transição para Marta, que eu conhecia, de forma muito cordial. Na mesma noite ela foi ao ministério, conversamos sobre tudo, falei quem era quem, quais eram os programas, os problemas, as boas notícias que ela iria anunciar e me coloquei à disposição para esclarecer qualquer dúvida, mesmo depois da saída. Ficou claro para ela que eu não reivindicava nada, mas que eu torcia pela Cultura. Antes dela, chamei todo o primeiro escalão, assessores e diretores para conversar e falei: “gente, é importante colaborar ao máximo para salvar os projetos dentro do possível até porque, talvez, pelo fato da Marta ser senadora é provável que ela consiga que alguns projetos que estão emperados na Casa Civil, na Fazenda, no Planejamento possam andar

mais rapidamente. Quando saí do Ministério, estava com passagem e hotel reservados para, na semana seguinte, ir a Portugal abrir o Ano Brasil/Portugal em Portugal, inaugurando exposições, abrindo espetáculos, fechando intercâmbios, mil coisas. A realidade é que no primeiro ano a gente foi estruturando o Ministério, revendo e preparando projetos, pagando as contas antigas, mas na metade do segundo ano já estava tudo acontecendo. Então, na verdade, quando ela entrou, eram muitas ações e prêmios para lançar, para anunciar. Só tinha agenda positiva e o trem estava a 500 por hora, só que, com o tempo e as mudanças, esse trem-bala foi diminuindo o ritmo. Também não era normal o que a gente trabalhava. Eu não saía de lá antes de 11 horas, meia noite, era uma coisa assim intensa e, considerando essa guerra que vinha de todos os lados, a gente não podia vacilar. Fim de semana também, quando eu não estava viajando, ficava examinando a página do MinC na internet para ver se estava tudo certo, se tal matéria já tinha entrado no ar, orientando respostas para matérias de jornais...coitado do assessor de comunicação, como eu infernizava o infeliz!

Outro problema, consequência das campanhas orquestradas na internet, que contavam também com alguns jornalistas ligados ao ex-ministro, é que começaram a atacar outros artistas que nada tinham a ver com minha atividade, como o Chico em primeiro lugar, os outros parentes, mas também artistas e produtores amigos de vida toda. O auge foi a campanha imunda contra Bethânia em um projeto, ótimo por sinal, que ela estava propondo para captar via Lei Rouanet. Essa campanha, desencadeada por uma rede por ativistas que, covardemente, só assinavam por pseudônimos, chegou a um ponto que ela ficou muito abatida e desistiu do projeto. Da mesma forma, muitos outros artistas também passaram a temer campanhas difamatórias do tipo. O artista tem sempre que zelar pela sua imagem em relação a seu público. Se ele sujar, virar piada, vai ter sua carreira afetada imediatamente e, shows cancelados, como aconteceram. É o primeiro sintoma. Então todo mundo me ligava, escrevia prestando solidariedade, mas ninguém mais punha a cara para fora para defender nossa gestão. Enquanto isso os grupos de oposição organizavam abaixo-assinados, artigos com acusações absolutamente

improcedentes, de quem não conhece o assunto, mas ouviu falar. Em um deles, assinado por cinco acadêmicos completamente distantes do MinC, e continha acusações sem nenhum fundamento, recebeu pronta resposta do professor Wanderley Guilherme dos Santos, da Fundação Casa de Rui Barbosa, convidando-os para uma reunião na Casa Rui, a fim de conhecer os programas do Ministério e dialogar sobre o tema. É claro que não atenderam, mas se calaram depois disso.

Internamente, além das ameaças que recebi, mandavam recados para o pessoal do ministério: “vamos derrubar a Ana e quem ficar com ela, depois vai se ferrar”. Depois que saí, houve mudanças, mas só quando Juca Ferreira assumiu é que realmente houve a caça às bruxas. Eu percebi, na época, que eles tinham uma relação bem próxima a Gilberto Carvalho,¹¹ mas ainda não sabia o quanto. Um dia a assessoria de comunicação veio, no fim da tarde, com um informe que alguém lá conseguiu interceptar, que corria entre vários grupos. A orientação era para que a partir de meia noite se lançasse na rede um blogaço e twittaço, contra mim e minha gestão. Vinha tudo detalhado como uma cartilha, com sugestões de frases, de temas e dando textos curtos que me associavam a tudo de depreciativo que os opositores repetiam sempre, lembravam que twitter deve ter até 140 caracteres, e a recomendação de que deveriam soltar tudo a partir das 24 horas do dia 1º de abril, dia da mentira, para dia 2 de abril (dia do autista) e que isso deveria ser espalhado nas redes para que tivesse mais de um milhão de postagens e curtidas. Liguei para a Secom [Secretaria de Comunicação Social], que ficou de verificar, mas me orientou a falar imediatamente com Gilberto Carvalho, no Palácio. Liguei, contei tudo e ele só repetia “que pena, que chato isso, né?...” Aí eu disse “Gilberto, isso é pesado, e vai acontecer uma coisa pior, porque isso vai espirrar na Dilma, vai ficar mal, o governo tem que ficar esperto, vamos nos preparar porque isso vai chegar na Dilma, vai sujar”. Imediatamente ele mudou o tom e disse “não, isso não pode,” e eu respondi “não pode, mas vai acontecer”. Resumindo, ele me pediu para encaminhar essa mensagem que estava circulando que ele iria dar um jeito. O surpreendente é que

.....
11 Então ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência.

uma hora e meia depois, ele me ligou avisando que não sairia nada. Não acreditei que fosse possível, mas o fato é que não saiu mesmo. Enfim, a operação foi abortada em menos de duas horas, mas ficou claríssimo que ele, ou alguém poderoso com quem ele falou, tinha uma ascendência sobre esse pessoal. Depois eu soube de casos semelhantes, e que essa era uma tática usual do Fora do Eixo para, como diziam, “desconstruir” uma pessoa.

Qual era a reivindicação?

Nada, não era reivindicação, era queimar mesmo para que a Dilma não aguentasse e me demitisse. Eram mil histórias, táticas, blogaços, twittaços, “Ana de Hollanda é do ECAD”, “Ana de Hollanda é corrupta...”. Inventaram uma história de que eu aprovei as contas da Império Serrano em troca de 11 camisetas. O fato é que, depois de saírem da SEFIC com a informação de que a prestação de contas da escola estava aprovada, alguns diretores deram uma passada no meu gabinete, falaram com a chefe de gabinete e deixaram essas 11 camisetas. Eu não usei nenhuma, mesmo porque, como ministra, eu não poderia tomar partido numa disputa de escolas de samba, mas mandei distribuir para quem quisesse. Alguns jornalistas e blogueiros ligados ao grupo de oposição me acusaram de ter me deixado subornar, e o caso foi parar na Comissão de Ética. A Império mandou uma carta informando que as 11 camisetas foram fornecidas gratuitamente pelo patrocinador, mas, se tivessem sido compradas, não custariam mais do que sete reais cada. O ministro Sepúlveda Pertence, presidente da Comissão de Ética. Encerrou o caso emitindo um parecer indignado pelo fato da Comissão ter aceitado analisar uma acusação tão sem fundamento. Então esse bando de ativistas, tropa de choque, ou seja, lá como podem ser chamados, vigiavam tudo em minha vida e a toda hora inventavam novos “escândalos”. Tiveram acesso a informações sigilosas da Receita Federal e questionaram despesas médicas descontadas no imposto de renda, questionaram passagens, diárias que eram depositadas nas contas de todos os servidores quando estavam fora de Brasília... nada havia de irregular, e isso nem estava no meu controle. Tanto que a CGU também analisou e atestou que não tinha nada de

errado. Eram crises semanais, plantadas para queimar. Já estava durando, e eu não caía...

Agora, então, eu posso dizer que a experiência no campo pessoal é a pior possível, mas eu não me arrependo um pingão, e fiz o que tinha que fazer. É claro que se fosse convidada hoje, conhecendo as cartas que não estavam na mesa, eu não iria aceitar. Mas o fato é que esses marqueteiros digitais são mercenários, trabalham e já trabalharam para vários partidos e o partido que não estiver com eles se arrisca a enfrentar essa oposição. O que importa é que, independente disso tudo, foi feito um bellissimo trabalho, um trabalho que um dia vai aparecer, não sei como, mas essa história está registrada de mil formas, pelas publicações, arquivos de jornais e até no DO [Diário Oficial]. Talvez eu não tenha feito uma divulgação tão forte quanto deveria, poderia ter sido mais marqueteira nesse sentido, mas não era a minha, eu não sei ser assim, posso ter errado em muita coisa, mas errando ou acertando, os fatos estão aí para comprovar que foi realizado, ou projetado, um trabalho muito sério. Falo por mim e pela equipe, muito boa, que também se digladiava defendendo seus interesses, mas na hora h, com raras exceções, era unida. E as decisões mais importantes eram discutidas pelo colegiado dos dirigentes. É claro que tinham assuntos que eu tinha que resolver, assim como cobrar execução, que era uma área que o Vitor coordenava, mas havia uma horizontalidade na discussão dos projetos, prioridades no orçamento, e divisão das verbas para o Fundo Nacional de Cultura. Ao mesmo tempo, eu tentava prestigiar todas as principais atividades de cada área e a maioria de nós, talvez até pelas dificuldades que vivemos e vencemos, acabamos nos tornando muito amigos. Para se ter uma ideia, na ida ao Xingu para a cerimônia do Quarup, dormimos todos juntos na mesma oca. Mas isso é história e por isso mesmo, não tem como ser apagada. Muitos pesquisadores de universidades brasileiras e europeias têm me procurado para entender esse período. Sempre vai ter gente que vai querer ler, pesquisar, e quem quiser estudar a sério vai buscar, vai descobrir as fontes mais confiáveis, eu acho que é por aí...

Ana de Hollanda foi ministra da Cultura de janeiro de 2011 a setembro de 2012.

Depoimento concedido em 18 de maio de 2016, no Rio de Janeiro (RJ).